DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0412/11	DATA: 05/05/201 1
INÍCIO: 09h43min	TÉRMINO: 12h23min	DURAÇÃO: 03h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h39min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NELSON JOBIM – Ministro de Estado da Defesa. IBSEN PINHEIRO – Presidente Estadual do PMDB no Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Debate acerca da Reforma Política.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis e Inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há palavras ininteligíveis. Há orador não identificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 14ª reunião ordinária, realizada no último dia 3 de maio.

A Presidência indaga ao Plenário sobre a possibilidade de dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir a ata, submeto-a a votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública. Compõem a Mesa o Sr. Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa, e o Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente Estadual do PMDB no Rio Grande do Sul.

É uma honra tê-los conosco. Como disse, a reunião de hoje tem o objetivo de ouvi-los diante da certeza de que S.Exas. terão grande contribuição a prestar a todos nós neste processo de discussão, de amplo debate com a sociedade brasileira para a construção de uma proposta de reforma política para o País. Agradeço, portanto, desde já, a presença.

Lembro aos nobres pares que, após as apresentações, a palavra lhes será concedida, pelo prazo de 3 minutos, dispondo os expositores de igual tempo para responder às indagações. É evidente que a Presidência será, como de costume, flexível com os prazos ao longo do debate.

Informo que a lista de inscrição para o debate já se encontra à disposição das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados.

Dando início ao debate, tenho a honra de conceder a palavra ao Ministro Nelson Jobim, que dispõe, em princípio, de até 30 minutos. Na verdade, S.Exa. disporá do tempo necessário para os esclarecimentos que julgar cabível prestar.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caro amigo Ibsen Pinheiro, meus caros amigos, vamos

tentar conversar. Não vou fazer uma palestra, uma conferência. Vou tentar conversar sobre o assunto.

A primeira questão é saber do que se trata, ou seja, por que nós — V.Exas., a sociedade brasileira, os partidos — estamos discutindo o sistema eleitoral. Parto da premissa, que é fundamental, no meu ponto de vista, de que o sistema eleitoral não nasce de um processo acadêmico, não é alguma coisa que se vá formular por meio de cientistas políticos. Os sistemas eleitorais no Brasil sempre nasceram respondendo a situações e questões políticas evidentes.

Tivemos uma evolução nas eleições para a Câmara dos Deputados que respondeu a necessidades. Não posso afirmar que o sistema eleitoral de hoje seja mau ou bom. A questão é saber se está funcionando no Brasil de hoje como funcionou em 1932, quando foi introduzido.

O sistema é de proporcionalidade pura com voto uninominal. Quando, em 1932, após a Revolução de 30, Assis Brasil formulou o regulamento eleitoral, introduziu-se o sistema proporcional. Antes, tínhamos sempre o sistema majoritário, que no período imperial teve absoluta funcionalidade, teve capacidades.

Entretanto, a questão básica é a seguinte: hoje funciona? O Brasil de hoje não é mais voltado exclusivamente para si mesmo, exige que os partidos e os Deputados se voltem para as questões brasileiras e também para as externas. O Brasil não é mais um país de vira-latas. Temos de saber se o sistema eleitoral reponde a isso.

O segundo problema é o seguinte. Tem que haver uma decisão. Há que confundir o Parlamento com o Executivo ou não? Quando eleitores e alguns teóricos dizem que os eleitores devem ter proximidade com os seus candidatos, estão querendo representações individuais dentro do Parlamento, exigindo que os senhores façam campanha como se fossem candidatos ao Poder Executivo? Esse é ponto. Queremos uma democracia de partidos ou de individualidades?

Vamos pensar um pouquinho sobre o nosso sistema eleitoral atual. É um sistema em que a Câmara dos Deputados não é uma assembléia nacional, mas uma assembléia dos Estados brasileiros. Tanto é, que os Estados brasileiros têm vagas na assembléia e as disputas que cada de um dos senhores trava é no seu distrito eleitoral, o Estado federado. Cada Estado federado, no nosso sistema, é um distrito

eleitoral. Esse distrito eleitoral é o *locus* da disputa. Então, essa Câmara dos Deputados não pode ser identificada como uma assembléia nacional. Tem de ser examinada, sim, como a assembléia dos Estados brasileiros, porque os partidos disputam as vagas destinadas pelo sistema constitucional e pelo sistema legal a cada Estado brasileiro.

Perdoem-me todos por recorrer sempre ao Rio Grande do Sul, minha origem. Vamos examinar como funciona isso. Vamos examinar na realidade. Não quero colocar as coisas debaixo do tapete. Na realidade, o que temos? O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem 31 vagas. (São Paulo tem 70 vagas, alguns Estados têm 8 vagas, outros têm 10, etc.) Pela legislação, cada partido pode indicar uma lista de candidatos igual a 150% do número de vagas. Partidos ou coligações. A coligação aumenta o número de vagas. Vamos reduzir a partidos. Se são 150%, então, vamos dizer que, no Rio Grande do Sul, podemos indicar 45 candidatos, em números redondos.

Essa é a lista do partido. O eleitor vota no candidato. No nosso sistema, o voto é uninominal. Pergunto: como um partido é vitorioso numa eleição proporcional no seu Estado? Conquistando o maior número de vagas. Então, o objetivo do partido é naquele Estado conquistar o maior número de vagas. Das 31 vagas, o PMDB, meu partido, fará uma luta política para conquistar o maior número. Vamos deixar claro: o objetivo de partido é ganhar eleição. Ele varia e examina o seu discurso eleitoral considerando as pretensões da população. Por quê? Porque quer atrair votos. Os partidos ideológicos modernamente estão desaparecendo. Os partidos hoje têm linhas programáticas muito genéricas. Se os senhores compararem os programas partidários, vão verificar que todos são quase a mesma coisa, todos cheios de adjetivos, falando do bem do povo, da alimentação, do progresso. Todos querem isso. Ou vão dizer que não? Claramente, partidos ideológicos no sentido puro e estrito da expressão hoje não se constituem.

Então, vejam, se o partido quer ganhar a eleição, o segundo problema posto, Ibsen, é como ele ganha. Aí, temos que se examinar o nosso sistema eleitoral. Ele diz o seguinte: toma-se o número de eleitores que compareceram à eleição. Até determinado momento, incluíam-se nessa análise os votos brancos. Agora, já não se incluem os votos brancos. Tomam-se todos os votos válidos e o número de eleitores

que compareceram à eleição. Divide-se o número de eleitores que compareceram à eleição e votaram validamente pelo número de vagas destinadas ao Estado. Aí, temos o número de votos para o preenchimento da vaga.

Vamos admitir a hipótese, para efeito de raciocínio, de que, nesse cálculo todo, para preencher uma vaga são necessários, no mínimo, 200 mil votos. Isso é o cociente eleitoral, votos válidos divididos pelo número de vagas.

Depois, surge o segundo tema: o cociente partidário. Como se faz o cálculo para saber quantos candidatos um partido elegeu? Toma-se o número de votos que esse partido obteve, ou seja, que os candidatos da sua legenda obtiveram. Vamos supor que o PMDB, no Rio Grande do Sul, fez 2 milhões de votos. Se o cociente eleitoral é 200 mil, temos de dividir os 2 milhões de votos por 200 mil. Logo, o PMDB elegeu, fora as sobras, o cálculo é um pouquinho mais complicado, dez candidatos. Por quê? Porque a sua legenda fez 2 milhões de votos e o cociente eleitoral era de 200 mil votos.

Ora, se isso é verdade, e é assim, qual é o raciocínio que o partido tem de fazer? O partido vai ter o maior número de vagas se tiver o maior número de votos. Premissa axiomática do sistema. Sendo isso verdadeiro, o partido precisa escolher candidatos que individualmente produzam votos, já que o eleitor vota no candidato e não no partido. Às vezes, o eleitor diz com orgulho: *"Eu não voto em partido. Eu voto em candidatos. Eu voto em homens".* Na época, se dizia "homens", agora, temos que dizer "homens e mulheres". Ou "eu voto em gênero", para ser mais moderno. Pois bem, na hipótese de isso também ser verdadeiro, e é assim, como raciocina a burocracia do partido? Ele precisa examinar no âmbito do seu universo eleitoral, no caso que estou exemplificando, o Rio Grande do Sul, quem são os personagens que produzem votos individualmente.

Há dez ou 20 anos, na década de 90, quando eu mexia com essas coisas, fiz uma classificação. A classificação era a seguinte. Primeiro, o partido examina quais são as corporações organizadas em seu Estado. Ele, então, sai atrás de candidatos das corporações, escolhe candidatos de sindicatos, escolhe candidatos de... Vou citar o Rio Grande do Sul, onde se escolhia um candidato que pudesse pegar os votos dos professores públicos estaduais, porque há lá o CEPERGS, um centro de professores muito forte. Então, todo partido saía atrás para ver se conseguia pegar

um candidato originário daquela corporação. Houve um momento, agora não mais, em que os candidatos eram da Receita. Eu me lembro dos antigos exatores públicos, muitos dos quais foram candidatos. Houve também a escolha de candidatos das Polícias Militares, porque elas têm capilaridade e interesses. Então, os partidos saíam atrás de candidatos que viessem de clubes de subtenentes e sargentos ou de um major da Polícia Militar com prestígio na corporação. Por que isso? Os partidos queriam colocar esse indivíduo como seu candidato porque ele tinha voto próprio. Eram os votos da corporação, não eram votos do partido. Eram candidatos escolhidos para puxar votos e somá-los à legenda do partido. Ou seja, eles não saíam para fazer campanha do PMDB, do PT, do PDT, do PDS à época, do DEM. Nada disso. Eles saíam para representar a corporação dentro do Congresso. E a representação de corporações na Câmara dos Deputados e às vezes na Assembleia Legislativa sempre era um problema. Lembrem-se da história de cada um dos seus Estados. Para todos os candidatos das corporações que dependiam do Estado, era horrível se o Governador eleito fosse do mesmo partido — eles tinham que trocar de partido, porque as promessas que tinham feito, de melhorias salariais, de vantagens, o Governador não podia cumprir, e aí eles conflitavam.

Tivemos um exemplo no Rio Grande do Sul. A Companhia Estadual de Energia Elétrica tinha um sindicato que teve um presidente muito forte que circulou por tudo que é partido. O problema dele era quando o eleito Governador fosse do seu partido, porque ele sabia que as promessas que tinha feito não podiam ser cumpridas pelo Governador. Aí, ele mudava de partido. Ou não era assim? Era.

Bem, esse é o primeiro exemplo. Eram os candidatos de corporações. Mas tivemos também um segundo tipo. Estou tentando fazer uma tipologia weberiana. O segundo tipo de candidato era aquele que eu chamava, à época, de candidato de aparelho, que dispunha de um instrumento que chegava à população e eventualmente identificava-se com a população.

Há dois tipos de candidatos de aparelho, que tinham um aparelho atrás de si que lhes dava acesso à população. Primeiro, os candidatos de mídia eletrônica. Perguntem ao Ibsen Pinheiro de onde era originário quando se elegeu pela primeira vez no Rio Grande do Sul? Da crônica esportiva. Por quê? Porque, à época, o futebol era a grande mensagem. Os partidos correram atrás de candidatos oriundos

da crônica esportiva quando ganhamos a Copa do Mundo e posteriormente. Quando caiu a Copa do Mundo e o problema do País foi a inflação, foram as dificuldades, os candidatos que os partidos buscaram foram os assistencialistas, que tinham programas de rádio ou de televisão: *"Vou conseguir muleta, vou conseguir hospital, vou conseguir não sei o quê".* Ou seja, os candidatos assistencialistas.

É equívoco dizer e pretender dizer que os candidatos que vieram da mídia eletrônica e dessa área são representantes — alguns dizem esta asneira total — dos donos das empresas. Não são representantes dos donos das empresas. Eles tinham uma sensibilidade e uma forma. No Rio Grande, o Ibsen é testemunha disso. Agora, vejam bem: há candidatos que vêm dessa origem e se transformam em políticos e há outros que vêm dessa origem e não se transformam em políticos, não se reelegem mais, porque desaparece o aparelho. Os senhores podem encontrar na Câmara uma história longa nesse sentido.

Alguns têm autonomia. O Ibsen, por exemplo, veio da mídia, da crônica esportiva, e, vejam bem, não era o sujeito que irradiava o jogo, era o que comentava o jogo, tinha uma interface com o ouvinte, ou, no caso da televisão, o teleouvinte. Pois bem, nessa hipótese, ainda tínhamos...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - *(Ininteligível.)* ...qualidade de ser colorado, não é?

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Bom, isso é outra história. Isso é outra história.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Isso é outro problema.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas tudo ficou empatado no Rio Grande do Sul.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Isso é outro problema. Tu estás fazendo provocação. Tu és gremista?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Colorado.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Ah, bom! Senão, saía do meu lado.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Aliás, somos uma unanimidade na Mesa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vamos fazer a lista dos colorados.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Além do candidato de mídia de que estou falando, que vai depender, digamos, da penetração... Tivemos no Rio Grande do Sul, por exemplo, um candidato... Acabei me elegendo por causa disso. Vou dar dois nomes. Um exemplo clássico de que se produz um candidato por capacidade própria e os partidos correm atrás. A Rede Brasil Sul de Comunicações, no Rio Grande do Sul, tinha um programa chamado *Jornal do Almoço,* no qual havia um comentarista. No Rio Grande, naquela época, almoçava-se ao meio-dia. A família almoçava e assistia à televisão. O comentarista era muito meu amigo, Jorge Alberto Mendes Ribeiro, pai do Ribeirinho, colega dos senhores. O Jorge Alberto tinha um programa de televisão que era digestivo: falava do amor, da bondade. Não era um programa de mortes, o diabo a quatro, era um programa que dava a união da família. Pois bem, eleição de 1986: o Senador Pedro Simon, que era Presidente do partido, convida o Mendes Ribeiro para ser candidato pelo PMBD e o autoriza — vi essa carta — a ter as posições que bem entendesse. O que o Simon queria? Queria os votos que Mendes Ribeiro, individualmente, fazia. Quantos anos Antônio Britto ficou fora do Rio Grande do Sul, aqui, em Brasília, trabalhando na *Globo*? Dez anos. Aí, ele ficou exposto na mídia durante um tempo, por causa da doença do Presidente Tancredo, e depois se elegeu como segundo mais votado no Rio Grande do Sul. Por quê? Por causa da mídia.

Então, os partidos foram atrás desses personagens porque eles traziam votos. Vão dizer que está errado? Não. Isso era uma consequência do sistema, que obrigava a fazer isso A regra do jogo dizia: precisamos ter gente que faça votos. Logo, vamos trazer gente que faça votos.

Esse era o primeiro subtipo de candidato de mídia. Como eu disse aos senhores, vou falar com absoluta tranquilidade. Não estou fazendo retaliação a ninguém, estou abrindo o jogo, para conversarmos com clareza, senão não vamos conseguir discutir as coisas.

Num determinado momento, o Ibsen lembra-se disso, os partidos começaram a enxergar algum personagem que tinha audiência, tinha tribuna, tinha recursos e tinha capilaridade. Aí, os grandes partidos saíram atrás dos pastores evangélicos. O PMDB teve vários candidatos pastores evangélicos. Depois, os pastores evangélicos acabaram criando seus partidos, etc. Mas quem trouxe para a política os pastores

evangélicos foram os líderes partidários das décadas de 80 e 90. Por quê? Porque esses personagens tinham o voto próprio dos seus crentes.

Vamos ao terceiro tipo de candidato. O primeiro era de corporação; o segundo, de aparelho, mídia e igreja. Com a reforma Roberto Campos-Bulhões, no início do regime militar, houve uma concentração da receita pública na União. A distribuição da receita pública tributária global era atribuída aos Estados exclusivamente para pagar folha de pagamento e não para investimentos. O regime militar instituiu o sistema dos planos plurianuais de desenvolvimento. E aí, o que surgiu? Alguma coisa que já existia antes, mas ficou muito mais grave: a necessidade de ter representantes regionais que tivessem a possibilidade de levar recursos federais para suas áreas municipais.

Quem não lembra, no Governo Sarney, da moda da criação de estádios fechados de esportes? Lembram-se disso? Estádios para jogo de vôlei, jogo de futebol. Ginásios de esportes. Houve uma moda. Houve, inclusive, uma secretaria, no Governo Sarney, que cuidava disso e que produziu um Deputado. Ou não foi verdade, Ibsen? Produziu um Deputado no Rio Grande do Sul. De que forma? Da forma que tínhamos que ter aqui, ou seja, o Deputado que eu chamaria de Deputado regional, que era um Deputado do modelo apoiado pelo diretório do Município, que era líder de microrregião do Estado. Esse Deputado tinha o apoio da máquina do partido. Correto? E mais, em campanhas que se faziam nessas regiões — incluindo os clubes de diretores lojistas, que tinham muita capilaridade —, diziam o seguinte: *"Votem no candidato da região para representar a nossa região. Não votem em candidato de fora da região".* Ou não é assim? É.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Tinha vez que até tinha que pedir licença para *(ininteligível).*

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Não! Não podia entrar. O candidato regional ficava com a máquina do partido. E se o candidato do mesmo partido, da mesma legenda, ia fazer campanha, a máquina do partido não deixava. Quero deixar claro isso. Os senhores vão querer um exemplo. Eu fui candidato regional em 1986. O partido fechava. O Ibsen já era um candidato nacional, um candidato estadual, digamos assim, com uma visão nacional, mas a máquina de Santa Maria fechou em torno do meu nome. A máquina de Santa Maria fechou em torno do

Governador Tarso Genro para candidato em 1986 e não deixou o Paulo Paim entrar no Município. O Paulo Paim era candidato a Deputado Federal pelo PT. E só conseguiu entrar num distrito de Santa Maria chamado Camobi porque havia um líder que era ligado à sua tendência na época. Isso é assim, ou seja, os candidatos...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ministro, deixe-me contar uma história, para dar uma descontraída aqui. Uma vez, Deputada Erundina, eu fiz 500 quilômetros para ir de Porto Alegre a uma cidade distante — cujo nome não vou citar, senão vou identificar o padre e a paróquia — a fim de participar de um comício do nosso partido. Ao chegar, soube que só iria falar o candidato da cidade. Fiz 500 quilômetros, fui e voltei, e não pude falar no comício desse lugar! *(Risos.)*

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - E não só isso, tu não falaste...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pude dar um sorriso no palanque e cumprimentar uns amigos e voltei.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - E pior: se tu botasses os teus pirulitos dentro da campanha, a outra máquina os arrancava, porque não podia. É assim.

Esses candidatos regionais têm como objetivo representar as regiões, atender interesses das regiões: asfalto, construção de pontes, pintura de colégio... Na época, houve uma moda de construção de faculdades, universidades, etc.

Além dos candidatos das corporações, dos candidatos de aparelhos e dos candidatos regionais, temos os candidatos dos partidos, que são os líderes dos partidos, que têm o chamado voto de opinião, que, no nosso sistema, é um voto perigosíssimo. É um voto que vai e vem, porque você não sabe quem é o eleitor e tem que fazer uma campanha disseminada. Foi o meu caso na minha segunda eleição, em 1990. Virei um candidato estadual. Então, tinha que correr para um lado e para outro para fazer entrevistas, conferências, etc. porque não tinha aquela máquina partidária básica.

Agora, o pior disso tudo: quem é o inimigo dos senhores, quem disputa com os senhores a eleição? São os candidatos do próprio partido. Por que você não pôde discursar no comício xis da cidade tal? Porque você estava disputando com um candidato do próprio partido. E por que estava disputando? Porque, feito o cálculo, com todo esse mecanismo de que falamos, o partido conseguiu 2 milhões de votos e o cociente eleitoral era de 200 mil votos. Logo, foram eleitos dez. Quem

foram os eleitos? Os 10 mais votados do partido. Assim, a minha briga eleitoral era com o Ibsen, era com o Antônio Britto, era com o Pont, porque eles é que podiam me tirar a vaga. Então, era gozadíssimo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Em Santa Maria não entrava ninguém.

Agora, o que acontecia? O PT queria fazer um debate meu com o Tarso. Nós éramos amigos de infância, o Tarso e eu. O Tarso não estava disputando comigo. O Tarso estava disputando com o Olívio, com o Paulo Paim. Botamos os dois. Ninguém brigava. Aí, diziam: *"Mas, como? Vocês não vão disputar?"* Por que? Porque ele não vai me tirar voto. Os votos que ele conquistar vão ser calculados na legenda do partido dele. Os votos que o Tarso vai fazer é problema para o Olívio; é problema para o Paulo Paim; não é problema para mim. Logo, a disputa não é entre os candidatos dos partidos, e sim entre os candidatos do mesmo partido. Por isso tu foste proibido de falar naquele comício do PT no Rio Grande do Sul. Esse é o caso.

É aí que vem a pergunta: queremos ter uma democracia de partidos ou queremos ter uma democracia de homens de partidos, ou de gêneros de partidos? Esse é o problema que os senhores têm que colocar. Por que não podemos pensar com seriedade em fidelidade partidária? Quem foi candidato de uma corporação tem que ser fiel a quem? Ao partido que lhe deu a legenda? Ou à corporação que votou nele? É evidente que é à corporação que votou nele. Era por isso que o sujeito trocava de partido quando tinha problemas. Por quê? Porque ele foi lá para defender interesses da corporação, que eram vantagens patrimoniais, previdenciárias, etc.

Com isso, mostra-se que não temos condições de, hoje, com este sistema eleitoral, que está assim e é assim, ter uma Câmara dos Deputados que seja capaz de ter um conjunto de representação que possa representar o Brasil. Ou seja, o Brasil de hoje não é mais o Brasil da colônia ali do Caiado. Não. O Brasil de hoje é um Brasil que precisa ter coesão e posturas partidárias. E aí é a opção que os senhores querem. Os senhores querem uma democracia de partidos ou querem ter uma democracia com homens que sejam eleitos individualmente?

Eu estranho muito quando vejo na imprensa o sujeito dizer: *"Não, o eleitor tem que reconhecer o seu candidato".* Mas reconhecer para que se esse candidato não é candidato ao Executivo? E os senhores vejam os discursos de campanha

eleitoral que cada um de nós fazemos. Ou fazíamos. Eu fazia, não faço mais. Era como se fôssemos candidatos a Governador: *"Vamos conseguir isso, vamos conseguir aquilo"*. Todas eram promessas tipicamente executivas. Ou não é assim? Ou seja, você vai lá e diz: *"O salário tem que aumentar. Vamos aumentar isso".* É tudo candidato ao Executivo. Claro, porque o sistema...

Quero mostrar aos senhores que, ao fazerem isso, os senhores não são culpados. Estão dentro de uma consistência que lhes impõe o sistema. É o sistema que impõe esse tipo. Queremos ou não romper esse sistema? Esse sistema tem que se manter ou não? É essa a questão. É essa a opção que os senhores têm que fazer em relação a esse assunto.

Agora, temos que pensar que uma reforma política não pode, eu não creio que uma reforma política seja possível se não se identificar o processo de coesão e de formação de maiorias. Esqueçam isso. Quanto mais complexa for uma reforma política, mais inimigos você encontra. Então, os senhores precisam identificar quais são os pontos em que os senhores têm determinado tipo de maioria formada, ou de consistência majoritária dentro do Congresso.

Um grande erro claramente cometido por Relatores de projetos importantes... Vejam, aí se cria uma distorção pior. Esse sistema da individualidade faz com que os Relatores dos grandes projetos com que os senhores trabalham acabem aparelhando a Relatoria para prestígio próprio. Então, inventam audiências nos Estados A, B, C, por quê? Para ter visibilidade. E ele não é Relator na formação de maioria, mas de si mesmo, porque está pensando na eleição que vai acontecer daqui a 2, 3 ou 4 anos. E, aí, inviabiliza qualquer tipo de formação, porque Relator não é Relator de si mesmo. Relator é Relator da maioria que se encontra naquele momento e que irá votar o seu texto. Mas acontece o contrário. Por quê? Porque ele é induzido a isso, o que é errado, se examinarmos individualmente. Agora, é uma consequência do sistema, que impõe que o Deputado Fontana tenha de aparelhar determinada situação para ter visibilidade, porque vai ter uma candidatura daqui a 2 ou 3 anos.

(Não identificado) - O Deputado Fontana vai levar muito em conta essa sugestão do Ministro Jobim, até porque tem muita identidade com ela, a primeira, aquela boa, aquela de fazer maioria.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Acontece o seguinte: lá no Rio Grande do Sul, temos os gringos e os não gringos. Gringos, no Rio Grande do Sul, são os italianos. Alemão não é gringo; alemão é alemão; português é português; russo é russo; ucraniano é ucraniano. S.Exa. é gringo. E gringo conhecemos muito bem lá no Rio Grande do Sul. *(Risos.)* Eu estou brincando.

Mas, qual é o problema? Se isso é verdadeiro, se aceitarmos que isso é verdadeiro, a pergunta é: vamos deixar assim ou vamos mudar? O que precisa ser mudado? Então, a primeira decisão que os senhores têm de tomar é a seguinte: isso tem de ser uma democracia de partidos ou uma democracia de indivíduos? Indivíduos é para eleição majoritária; partidos, para eleição proporcional.

Quando há eleição majoritária, para Presidente da República, para Prefeito, para Governador, nenhum Estado tem voto proporcional. Houve, inclusive, na época da Constituinte, discussão sobre se deveríamos mudar para o sistema americano, ou seja, em que cada Estado te, um número de votos no colégio eleitoral que elege o Presidente da República. O nosso sistema, porém, é eleição nacional, é eleição presidencial. A eleição estadual é eleição de Governador. A eleição municipal é eleição de Prefeito.

Ora, se temos eleição majoritária, há perguntas a serem feitas — e algumas já têm sido respondidas pelo Senado em decisões que estão sendo tomadas. A primeira delas é: vamos continuar a reeleição ou não? Eu gostaria que essas discussões não fossem feitas a partir de princípios ou a partir de axiomas, mas a partir de realidades. O que aconteceu? Vamos fazer uma análise sobre o processo de reeleição. Vamos supor que vamos suspender a reeleição. Aí a pergunta é a seguinte: quatro anos são suficientes para um Presidente administrar sem reeleição? Vamos pensar um pouquinho. O sujeito se elege. Grande parte do primeiro ano de mandato é tomado pelo ajustamento da coligação que lhe deu a eleição com a coligação que lhe permite o Governo, porque são raras as vezes em que a coligação que deu a eleição é a mesma que viabiliza a governabilidade.

E, aí, o que acontece? No dia seguinte à eleição, o Prefeito senta na cadeira, entra o Presidente de um partido e diz: *"Eu quero tantos cargos"*; entra outro e diz: *"Eu quero tantos cargos"*, e aí começa aquela confusão infernal. E, quando vai verificar a Câmara de Vereadores, vê que ela não reproduz a base que lhe deu a

eleição. Assim, tem de fazer composições políticas para viabilizar o Governo. Esse é o processo democrático. Então, ele consome seguramente de 6 a 8 meses para ajustar-se à realidade política decorrente da eleição, que pode lhe impor o rompimento com os partidos ou com os membros dos partidos que lhe deram a eleição, porque coligação que se faz para eleição é aquela para resultados, para ganhar eleição. Coligação que se faz para Governo é aquela de resultados, que lhe dê governabilidade. A primeira não é necessariamente igual à segunda. A primeira está no passado; a segunda, no presente e no futuro. Aí, ele tem de pensar em termos de 4 anos. Então, vai gastar algum tempo para fazer esses acertos todos.

Chegando ao quarto ano, qual é a sua preocupação? Eleger o seu candidato. Então, o quarto ano de Governo vai ser voltado para eleger o seu sucessor, que normalmente depois briga com ele — mas essa é outra história. Não é verdade? O quarto ano é voltado para a obtenção de um tipo resultado favorável ao Governo que está saindo, para que o Governo entrante seja coincidente politicamente com o que está saindo.

Pois bem. Vamos manter a reeleição ou vamos ampliar o mandato de 4 anos para 5 anos? Agora, se os senhores decidirem ampliar o mandato para 5 anos, surge um problema: as eleições do Executivo e do Legislativo têm de ser coincidentes, ou não? Tivemos um exemplo. Quando o Presidente Sarney assumiu em face do falecimento de Tancredo, por força da legislação vigente, originária do regime militar, tinha 6 anos de mandato. Sarney concordou em reduzir para 5 anos. O PMDB de São Paulo, porém, queria que Sarney reduzisse para 4 anos. E essa pretensão do PMDB de São Paulo tinha sentido eleitoral. Terminada a Constituinte, a visibilidade do Líder do PMDB poderia se transformar em votos para a eleição. Por isso, o Líder exigia os 4 anos. Lembrem-se disso. O Presidente Sarney resolveu ficar com os 5 anos. A eleição se deu em 1989. Ganhou o Presidente Collor, em cima daquela campanha sobre marajás, em cima da novidade, etc. Derrotado no primeiro turno, Collor foi para o segundo turno com o candidato Lula, do PT, e ganhou.

A eleição do Congresso, que era de 4 em 4 anos, deu-se em 1990. Na eleição de 1990, para o mandato a partir de 1991, já tínhamos, então, o primeiro ano de desgaste do Governo Collor. Logo, foi eleito um Congresso completamente contrário

ao Presidente. Isso porque as forças políticas que o elegeram não eram as mesmas para a disputa do Congresso, e não havia coesão em torno de um nome de apoio ao Presidente. Foi um período de crise política infernal, que deu origem inclusive ao *impeachment*, também por outras razões.

Ou seja, se pensarem em aumentar o mandato do Presidente, os senhores têm de pensar com responsabilidade sobre se essa eleição tem de ser coincidente com a eleição para a Câmara e para o Senado. Se os senhores disserem que é necessário acabar com a reeleição, mas é necessário aumentar o mandato para 5 anos, ou se decidirem que será coincidente, terão de examinar um problema: o mandato dos Senadores será de 10 anos e o dos Deputados, de 5 anos, porque, do contrário, a coincidência vai desaparecer.

Aí surge outro problema que os senhores têm de examinar e que é independente de tudo o que eu estou dizendo. Refiro-me à questão do suplente de Senador. Hoje, a grande crítica que se faz é a de que grande parte do Senado é composta por quem não tem voto, os suplentes de Senadores. Agora, por que o sistema eleitoral brasileiro fez com que os Senadores fossem eleitos e tivessem sempre dois suplentes, pessoas que normalmente, na eleição, ninguém sabe quem é? Porque no regime anterior, antes do regime militar, o suplente era o segundo mais votado. Se fossem duas vagas, o primeiro suplente seria o terceiro mais votado, e o quarto mais votado o segundo suplente. Mas surgiu um problema político: normalmente, o segundo mais votado, ou o terceiro mais votado, ou o quarto mais votado eram sempre da Oposição ao Governo. Então, o Governo não podia chamar os Senadores para o Poder Executivo para exercer Ministérios ou outras funções, porque assumiria um candidato da Oposição e aumentaria a oposição no Congresso. Foi isso o que fizeram. Sempre tivemos esse modelo.

Apenas no regime militar é que começou esse sistema, além dos chamados biônicos. Mas o sistema de suplência escolhida e não votada é coisa nova, que veio depois da revolução. Foi com o processo autoritário de 1964 que começou este fenômeno. Antes, no caso de uma vaga no Senado, o suplente era o mais votado, que normalmente era de partido da Oposição. Então, isso criou-se uma dificuldade. Eles alteraram essa situação. Eu tenho notícia de que o Senado...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Criou-se uma sublegenda.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Ah, não. Criou-se depois. Foi um outro modelo. Ele primeiro fez isso; depois, criou a sublegenda e, aí, criou os biônicos. Mas são fenômenos pontuais para responder às necessidades políticas do regime militar de então. Não vou examinar o problema do biônico, porque nem se fala nesse tema.

O Senado, por exemplo, dá a notícia aqui de que mantém a escolha do suplente, proíbe que o suplente seja parente e diz que ele só substituirá temporariamente o Senador. Se o Senador renunciar ou morrer durante o exercício do mandato, será necessário se fazer uma nova eleição para a vaga aberta. Isso é conveniente?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - O que consta aqui é que a substituição é temporária. Se a substituição é temporária, não pode ser definitiva. Ele vai ser substituto e não titular do mandato. Então, se for temporário, será necessário se fazer uma eleição subsequente imediatamente. Do contrário, não é temporário, é substituto do titular. Perceberam? Cuidado com esse discurso, porque aí os senhores teriam de fazer eleições intercorrentes, na medida em que fossem falecendo Senadores no meio do caminho.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ministro, peço licença a V.Exa., ao Presidente, ao ex-Deputado Ibsen e aos demais colegas, porque, infelizmente, hoje houve uma coincidência, e este Relator, que quer ser um Relator que constrói maiorias, tem agora uma reunião da bancada do PT. O Presidente do PT, inclusive, o Deputado Rui Falcão, já está conosco. E eu vou ter de fazer a fala de abertura dessa reunião. Em seguida, porém, voltarei para cá. E aquilo que eu perder, vou ler nas notas taquigráficas, porque, repito, quero ser um Relator de fazer maiorias.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Há coisa em que, depois, não acreditamos. *(Risos.)*

Bem, acho que estou me estendendo demais.

Então, em relação à eleição majoritária, os senhores têm de pensar nesse problema da reeleição ou não. Agora, se pensarem em estender o mandato, terão de fazer a coincidência, porque a experiência brasileira de não coincidência não deu certo, foi complicadíssimo, porque não se conseguiu fazer o jogo da maioria — as

eleições de 1989 e 1990, ou seja, o primeiro ano de mandato do Presidente Collor e a eleição do Congresso subsequente.

Em relação aos Deputados, como poderíamos resolver isso? Só podemos fazê-lo se respondermos positivamente e enfrentarmos a primeira pergunta. Queremos ter eleições de partidos no Congresso ou queremos ter indivíduos que tenham bandeira de partidos? Se os senhores responderem “sim” para a primeira, o segundo ponto não tem o que mudar, tem de continuar esse modelo. Se o senhores responderem “não”, terão de caminhar para os sistemas de lista partidária, em que a disputa se dá dentro do partido.

Vejam o seguinte: um dos temas que me parece ter grande apoio ao que tudo indica é o financiamento público de campanha. Vejam se é possível o financiamento público no modelo de hoje. Vamos admitir a hipótese de que a legislação preveja 5 reais por voto. Assim, cada partido vai receber 5 reais correspondentes a cada voto que conquistou na eleição proporcional em todo o País. Então, vamos dizer que esse partido receberá xis para financiar a campanha majoritária federal, as campanhas majoritárias estaduais — e não estou falando em coincidências de campanha municipal, vamos deixá-la de fora — para Governador e para Senador e para a campanha proporcional para Deputados.

Nesse caso, surge a seguinte pergunta: o Tribunal Superior Eleitoral destina do Orçamento da União xis reais para o PMDB, porque ele conquistou ene votos vezes cinco? Primeira coisa: temos de fazer uma divisão desse bolo. Parte vai ter de ser para financiar a campanha de Presidente da República, ficando administrada pelo Diretório Nacional do partido. Correto? Como é feita essa conta? Como é feita a divisão desse dinheiro? Bom, vamos supor que os senhores encontrem uma forma de dividi-lo. Muito bem. Dividiram o dinheiro. Mas, a segunda parte tem de ser dividida entre os Estados. E como se divide entre os Estados? Pelo número de votos que o partido teve no Estado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Se é pelo número de votos para Deputados conquistado pelo partido, o partido que é pequeno vai continuar pequeno naquele Estado, porque vai ter menos recursos; se é pelo número de eleitores, o que representaria isso na relação Acre/São Paulo? Ou o que representaria isso na

relação Amazonas/São Paulo? Ou o que representaria isso na relação Rio Grande do Sul/Sergipe?

Mas vamos admitir, Deputado Caiado, que se chegue a um acordo sobre essa divisão. Está bem. Ao Diretório Regional do PMDB do Rio Grande do Sul, por exemplo, cabe xis, mas ainda temos de fazer uma divisão no Diretório. E, aí, surge um problema que todos os senhores conhecem: Diretórios Regionais de partidos e Diretórios de partido financiam campanha majoritária. Quem consegue financiamento para campanha proporcional é cada um dos senhores, averbando essas obtenções para o partido. O partido raramente contribui para uma campanha, salvo se um candidato tem muita relação com o Presidente do partido em âmbito regional ou faça parte do grupo que domina o local. Mas vamos admitir que encontremos uma fórmula de divisão entre os candidatos à campanha majoritária — Governador e Senador. Sobra ainda um outro quinhão para os candidatos à campanha proporcional, para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa. Aí, temos de fazer uma outra divisão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Um momentinho. Estou falando em financiamento público exclusivo.

Temos de fazer uma outra divisão. Como vamos dividir entre os candidatos a Deputado Estadual e a Deputado Federal? Qual é o quinhão que vai corresponder aos Deputados Estaduais e qual é o quinhão que vai corresponder aos Deputados Federais?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Não. Eu estou falando no sistema atual.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Um momentinho.

Ao final, a conclusão é a de que, na divisão entre Deputados Federais e Deputados Estaduais há um outro problema: no universo de candidatos a Deputados Estaduais e no universo de candidatos a Deputados Federais, todos vão receber a mesma coisa? Ou os candidatos à reeleição vão receber mais? Ou ex-Governadores vão receber mais? Ou os ex-Prefeitos vão receber mais? E o candidato de férias vai receber dinheiro também? Quem é o candidato de férias? É

aquele funcionário público, a quem os senhores conhecem, que, se no dia da convenção sobram três, quatro buracos, apresenta-se como candidato e entra de férias no serviço. Fica três meses de férias e, depois, tem dois, três votos. Nem da mulher dele recebe voto, porque não ele faz campanha. Entrou na legenda para ficar de férias! Esse vai receber a mesma coisa? Quer dizer, além das férias, vamos ter de pagar mais para ele?

Se os senhores adotarem o financiamento público de campanha com o modelo atual, vão se autoempurrar para a ilegalidade. Vai todo mundo para a ilegalidade. Está na cara! É uma questão lógica! É uma questão matemática! Façam, depois, um cálculo para cada um dos partidos para saber a confusão que isso vai causar. Depois, lembrem do seguinte: se a candidatura é individual e na hora da eleição os senhores estão correndo o Estado de automóvel, precisam de gasolina, vão conseguir dinheiro para gasolina; precisam de santinho, vão conseguir santinho; precisam de espaço em rádio, vão conseguir; precisam do recurso, vão atrás dele de qualquer jeito, tenha ou não tenha. Ou não é assim? É!

Então, não vamos brincar com essa coisa. Falando em financiamento público de campanha dentro do sistema atual, os senhores estão se autoempurrando para a ilegalidade, porque vão ser empurrados pela necessidade. O sistema legal não pode criar instrumentos que empurre o sujeito para a ilegalidade.

Toda vez que se proíbe alguma coisa para a qual as situações de fato empurram, vai-se para a ilegalidade. E só vira bandido se ganhar. Posso dizer porque fui Presidente do Tribunal Eleitoral, trabalhei lá durante seis anos. Nunca vi candidato que perdeu a eleição ser objeto de ação de abuso de poder econômico. Os senhores já viram? Já viram candidato que perdeu eleição ser objeto de ação de abuso de poder econômico? Mas o candidato que ganha a eleição é objeto de ação de abuso de poder econômico e, muitas vezes, condenado pelo Tribunal Eleitoral. E quem vai ser o seu sucessor? O outro candidato, que também poderia ter cometido abuso eleitoral, mas agora vai ser diplomado, e não há mais como ajuizar contra ele uma ação de abuso eleitoral, porque já prescreveu por tempo. Ora! Esse é o mundo!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Bom, se os senhores querem falar nisso, quero lembrar como podemos enfrentar esse assunto: respondendo que a

nossa democracia é de partidos políticos, não de indivíduos. É de indivíduos no Executivo, porque os votos são plebiscitários, os candidatos são plebiscitários. Mas, no Legislativo, é de partidos políticos. Os candidatos é que têm de depender dos partidos, não os partidos dos candidatos. Hoje, os partidos dependem dos candidatos, porque são eles que levam votos para que o partido tenha um maior número de vagas.

Agora, qual o preço a pagar por essa renúncia? Os senhores estão renunciando às suas individualidades e dizendo o seguinte: *"Nós, candidatos, é que vamos depender dos partidos".* Se a resposta for essa, os senhores têm de caminhar para um sistema em que a eleição se dá por disputa partidária e não por disputa individual, intrapartidária.

Fala-se muito no voto distrital misto — o sistema alemão. Há teoria de todos os lugares. Sabem os senhores por que isso não apareceu? A razão pela qual surgiu esse sistema, que não caiu do céu, não foi tese de nenhum professor doutorado? Surgiu do seguinte problema: terminada a guerra, havia uma divergência entre os aliados. Os ingleses, os americanos, os franceses e os russos divergiram sobre o *status* territorial da Alemanha conquistada. O que fizeram, então? Os aliados ocidentais acertaram com a União Soviética e entregaram para ela a chamada Alemanha Oriental. Mas, antes de fazer isso, os quatro tomaram uma decisão, porque a concepção política e histórica da época era a de que a instabilidade da Europa decorria da existência imperialista da Prússia. Portanto, tinham de destruí-la. E como destruíram a Prússia? Redividiram o mapa da Alemanha Central, entregaram parte da Prússia para a Polônia, a divisa da Alemanha passou a ser Oder-Neisse; do lado de cá, um grande centro político prussiano chamado Danzig, que se transformou em Gdansk, cidade da Polônia de onde veio o Movimento Liberdade; Kannenberg, cidade onde nasceu Kant, virou Kaliningrado, que é um enclave russo a leste da Polônia. Divide-se, portanto, tira-se a Polônia e vão para lá os suevos. E todos aqueles grupos de alemães correm para aquele lado, entrega-se a Alemanha Oriental ao domínio soviético, e, aí, vem o problema da Alemanha Ocidental. Como fazer com a Alemanha Ocidental?

Bismarck havia, no século anterior, o século XIX, conseguido unificar os baronatos alemães numa Alemanha só. Lembrem-se da disputa de Bismarck com

Ludwig, que foi Rei da Baviera, um maluco que era muito ligado ao Wagner, homossexual inclusive. E os outros reis alemães acabaram se reunindo sob a bandeira da Alemanha de Brandenburgo. Aí, vêm os aliados e dizem: *"Bom, agora temos de fazer a Alemanha Ocidental".* A França não queria, em hipótese alguma, que a Alemanha se reunisse, porque a reunificação da Alemanha significaria um problema. Mas os americanos convenceram os franceses a criarem uma Federação Alemã. E a Federação Alemã foi desenhada em cima das áreas de ocupação, não em cima dos antigos baronatos da Federação Bismarckiana. Ou seja, reuniram-se tradições distintas, o *hochdeutsch* passou a ter de conviver com *hunsrückisch* — *hunsrückisch* é um dialeto que se fala lá no Rio Grande. E, reuniu-se, surgiu um problema. Então, aquela era a forma pela qual se evitava a união germânica.

Três grandes líderes estadistas, no sentido lato da palavra, tiveram de enfrentar o problema. E o problema era: como a Alemanha Ocidental fica unida? Porque o desenho que os aliados estavam entregando era de rompimento. Salvo a Baviera, que ficou unificada, tudo ficou misturado. Aí, o que fizeram esses três grandes líderes, que eram o Líder do Partido Democrata-Cristão, o velho Konrad Adenauer; o líder do Partido Socialista-Alemão, Kurt Schumacher, que morreu cedo, e o Presidente da Assembleia Nacional que promulgou a Constituição de Bonn, Theodor Heuss? Eles criaram um sistema eleitoral em que o eleitor teria a opção de votar na sua realidade local e dar um segundo voto a um partido político, que teria a responsabilidade da manutenção da união nacional. Assim, criaram um sistema misto. O sistema misto é que tem essa característica. A *land* germânica, o Estado Germânico é dividido. Ou melhor, para o Bundestag, que é a Câmara dos Deputados alemã — o Bundesrat não é parecido com o nosso Senado, é outra coisa, porque é eleito pelos locais —, divide-se o número de vagas pela metade. A metade das vagas do Bundestag é preenchida pelo voto majoritário distrital. Faz-se o distrito eleitoral. Nesse distrito eleitoral, os partidos indicam um candidato, e pode, inclusive, haver candidatos avulsos, independente de partido. Nunca houve, mas a lei permite. E, por outro lado, o partido faz uma lista fechada de candidatos, lista esta em que os nomes dos candidatos seguem uma ordem.

Pois bem. Aí, qual é o cálculo que eles fazem? Terminada a eleição, verifica-se o número de votos que o partido recebeu naquela eleição. Que número

dos votos? Os segundos votos. Os segundos votos são somados, os votos dados à legenda do partido, não ao distrito. Se esse partido recebeu, por exemplo, 30% da totalidade dos votos, ele recebe 30% da totalidade das vagas do Bundestag. O Bundestag tinha, antes da unificação, 492 cadeiras; hoje tem em torno de 334 cadeiras. Vamos fazer um cálculo como se fossem 500 cadeiras. De 500, 250 vagas são para o sistema majoritário; as outras 250 vagas são para a lista partidária. Se o partido fez 30%, ele tem 30% de 500 vagas, ou seja, tem 150 vagas. Então, ele conquistou 150 vagas. Aí verificam-se quantos candidatos da legenda do partido foram eleitos nos distritos. Vamos supor que, se tivermos 500 vagas, temos 250 distritos eleitorais na Alemanha. Desses 250 distritos, vamos supor que esse partido tenha ganho em cem deles. Logo, das 150 vagas do partido, 100 vagas foram preenchidas pelos candidatos distritais. Sobraram 50 vagas. Essas 50 vagas são preenchidas pela lista do partido.

Mas pode acontecer o seguinte: um partido ter ganho num distrito eleitoral, mas não conseguiu vagas na Câmara, no Bundestag. Então, o que eles fazem? Eles aumentam. De 500 vagas passam para 501 vagas, para não alterar a proporcionalidade. Por que eles inventaram isso? Eles não inventaram isso porque foi uma coisa que alguém bolou, não. Eles inventaram por uma necessidade. Tinha que ter um candidato que respondesse aos interesses locais e tinha que ter um partido que discutisse as questões nacionais. É por isso que o Partido Socialista Alemão e o Partido Democrata Cristão Alemão discutem questões...

Vou perguntar aos senhores o seguinte: qual é a posição do PMDB, do PT, do PSDB sobre a questão nuclear no Brasil? Nenhuma. Pode haver posições individuais, isso sim; mas partidárias não há. Isso não interessa, isso não dá voto no nosso sistema. Pensar o País não dá voto no nosso sistema. Ou os senhores acham que pensar as relações internacionais do Brasil com o Irã, por exemplo, vai causar alguma repercussão aos eleitores de Goiânia? Claro que não. Estou provocando o Caiado aqui. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, aproveitando o seu intervalo, quando V.Exa. citou o Rei Ludwig, na disputa com Bismarck, dizendo que inclusive ele era homossexual, foi a hora em que o Deputado Bolsonaro entrou correndo na sala, atraído pela declaração de V.Exa. *(Risos.)*

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Bom eu não tenho... Vejam...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na sua cruzada contra...

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Por eu ser homofóbico, o senhor citou esse nome aí. Não procede o que ele está pensando que eu sou.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - No Rio Grande do Sul existe um ditado, que o Ibsen conhece muito bem: *Quem deve teme*.

Então, vejam. A questão é a seguinte: é possível fazer isso no Brasil? Essa opção de estabelecer um sistema? Eu sou convencido do seguinte. Como eu tenho convencimento de que a democracia tem que ser partidária e que a representação tem que ser partidária, eu sou favorável à lista fechada. A lista como consequência de uma opção primária, não é como consequência inicial. Não, a opção que estou fazendo é a de que a representação é de partidos e não de indivíduos. Os indivíduos têm que depender dos partidos e não os partidos dos indivíduos. Se essa tese é aceita, se essa premissa é aceita, não tem saída. Nós temos que discutir a formação da lista. Os senhores diriam: "*A formação da lista vai ser uma formação dentro do partido. Ah, mas vai ficar dependendo das lideranças partidárias."* Mas qual é o problema? Afinal, nós temos líder de partido. É muito simples resolver isso. É simples. A composição da lista será decidida no estatuto do partido. E aí os partidos com centralismo democrático leninista que ainda ousam vão ter um sistema fechado. Os partidos que querem fazer uma democracia farão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Claro. Pois é. Estou fazendo de propósito. Estou dizendo isso de propósito, Deputado

Então, vejam. Se tivermos um partido que resolva ter uma lista através de uma primária, que faça a primária. Deixem que os estatutos resolvam. Se o partido é autoritário e centralista, ele põe que vai ser uma convenção ou que vai ser um diretório ou um grupo que vai escolher o nome. Fujam desse debate de querer impor ao partido o modelo da escolha da lista. Assim, essa discussão de que se é autoritário ou não desaparece e vocês vencem.

Posteriormente, o que vai acontecer? O tempo vai mostrar qual o sistema que melhor funciona. O ajustamento do tempo vai nos mostrar isso. O que não podemos é engessar o modelo. Ou seja, temos de superar esse modelo.

Daí surge o problema. Nessa hipótese, desaparece por completo a discussão de coligação partidária, porque não é possível coligação partidária nesse modelo de listas.

Então, encerro, informando a vocês o seguinte: é compatível o financiamento público de campanha quando partido. E, nesse caso, quem vai fazer campanha? São os candidatos do mesmo partido fazendo campanha para que o eleitor vote naquele partido. E por quê? Porque depende do maior número de votos para o partido conseguir estar na lista.

O Ibsen, seguramente, estaria em primeiro lugar na lista e eu, se voltasse a ser candidato, seria o último da lista. Eu teria de trabalhar ferozmente para que o partido conseguisse um determinado número de votos para conquistar uma vaga.

Isso faz parte do quê? Faz parte da fidelidade partidária. Eu tenho de ser fiel ao meu partido porque eu dependo dele. Agora, se o partido depende de mim, porque depende dos votos que eu individualmente produzo, como vou exigir desse candidato que ele seja fiel ao partido, se é o partido que está ganhando com ele e não ele ganhando com o partido?

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

Antes, porém, convido o Vice-Presidente da Comissão, William Dib, para assumir a Presidência, diante da necessidade de minha ausência.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Permita-me saudá-lo, então, Deputado Almeida Lima. Tive a alegria de reencontrá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E com a honra de estar na próxima segunda-feira em Porto Alegre. Hoje, nesta Comissão, já estamos brindados com uma presença gaúcha marcante e, na próxima segunda-feira, então, expressiva, bem mais marcante ainda.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Presença gaúcha exagerada, como de hábito.

Deputado William Dib, saudando-o quero cumprimentar a todas as Deputadas e Deputados presentes e dizer do prazer singular que me é concedido de voltar a esta Casa.

Tenho apreço por esta Casa, por décadas de convivência, de tal modo que, quando eu circulo pelos seus corredores e frequento o seu plenário, como ainda ontem, sinto-me rejuvenescido, reintegrado a momentos muito caros da minha vida.

Composto, esse passado, de alegrias e de amarguras, me faz lembrar de um poeta carioca que escreveu: *"Quem passou pela vida e não sofreu, (...) Só passou pela vida, não viveu"*. Vivi intensamente nesta Casa e volto a ela com uma alegria imensa.

Aprendi com o Dr. Ulysses muitas coisas. Uma delas é que a vantagem de falar depois ou por último é enganosa. Quem fala depois vai riscando aquilo que pretendia falar, porque o que pretendia falar vai morrendo no caminho. Então, vai ticando aquilo que vai cortando. Isso porque ele não tinha, talvez, a experiência tão aguda de falar após o Nelson Jobim. Sobra muito pouco para abordar com a mesma qualidade e profundidade com que ele abordou.

Por isso, vou resumir minha intervenção, abordando somente dois aspectos do tema: o passado e o futuro. Somente estes dois. Não se assustem, apesar disso, serei sintético.

Para o passado devemos perguntar: é necessário uma reforma política? Por que o tema está na pauta? Ele decorre da necessidade ou da celebração de algumas ou de várias ou poucas lideranças. Como também ocorre no mundo político, lançar-se uma ideia e produzir prosélitos para segui-la.

Minha convicção, penso que dominante também em nosso ambiente, é de que a reforma é necessária, porque decorre de uma necessidade visível. E essa necessidade é visível pelas deformações que o processo vigente construiu ao longo do tempo, por distorções pessoais, pelo cansaço natural do processo ou pelas alterações da realidade que se produziram.

O nosso sistema democrático representativo tem duas vertentes básicas e milhões de vertentes subsidiárias. As vertentes básicas estão na democracia ateniense, e a moderna, no federalismo norte-americano. Uma tem 2 mil anos, outra tem pouco mais que 200 anos. Mas é essa síntese que nós estamos vivendo.

A democracia ateniense, que queria a todos representados para decidir por maioria, tinha em seu favor uma questão geográfica — era uma cidade —, e uma questão social, 500 mil moradores. Estou falando do século IV, de Péricles, do

apogeu de Atenas. Dessas 500 mil pessoas, 350 não eram pessoas, porque eram escravos. E das 150 mil que sobravam, apenas 30 mil eram cidadãos plenos que podiam comparecer à praça, à ágora para votar. Mas como isso implicava um deslocamento físico, compareciam 6 mil. Então, a democracia direta era exercida por 6 mil entre 500 mil. É o modelo que nós herdamos.

Com os ingleses, há 600 anos, passou-se a construir a moderna democracia representativa. Primeiro com a função de votar o orçamento, que hoje ainda é uma atividade crucial, mas está longe de resumir a vida parlamentar. O federalismo americano trouxe a mais recente e mais importante contribuição ao modelo democrático representativo, construído com o sofrimento, com uma guerra de libertação nacional, com um período de 20 anos de incertezas.

Os americanos conquistaram a independência em 1776, e a Constituição, em 1787. Viveram 20 anos festejando uma liberdade conquistada com sangue e todos os malefícios de uma liberdade desordenada, constituída quase que no fragor da batalha.

Basta lembrar o modelo tributário desse primeiro período americano, em que a liberdade plena de os Estados legislarem segundo seus interesses, cada um dos 13 Estados iniciais regulava o que lhe convinha, isto é, exportar e ao mesmo tempo tributar as importações. Isso conduziria à desagregação inevitável, quando se percebeu o grande conflito da representatividade. Ela não se completa em representar, tem que construir também a governabilidade. E esse é o limite da representatividade. Representar sim, mas para governar. Então, é representar construindo maiorias.

Isso passou a gestar um problema em que o mecanismo interveniente, de passagem da representação para a governabilidade foi a construção dos partidos políticos. Pela sua própria natureza, o partido é o produto genérico, no sentido de que busca representar a vontade geral. O partido que for corporativo será a negação do partido. Isso não é só um julgamento moral, mas pragmático também, porque, ao ser um partido limitado a uma corporação, ele perderá a característica essencial de conduzir à construção do bem comum, objetivo da democracia representativa.

Os americanos fizeram uma construção de gênio, construída com sofrimento, com sangue mas com cabeça também. É bom lembrar uma experiência incrível da

construção do processo constituinte, quando uma grande figura da construção, Alexander Hamilton, propunha um imperador. Sustentava ele que uma grande nação teria que ser um império e não uma república. República é para Veneza, é para San Marino. E quando invocavam o grande Império Romano ele tinha como prova que lá a República conduziu ao Império. Não é como a nossa experiência, o contrário. Os romanos primeiro construíram a República, depois desembocaram no Império, no primeiro século.

O império para as grandes extensões territoriais, que era o caso dos Estados Unidos e da sua vocação. Ele propôs a Washington ser o imperador, mas ele não aceitou. E os americanos fizeram uma construção genial: elegem o imperador a prazo. É o modelo atual: elegem o imperador por 4 anos com mais 4 de reeleição. É o modelo presidencialista. Construíram um governo forte, ágil, com prazo de vencimento, isto é, democrático, e com isso conseguiram construir as vantagens do império com a modernidade da república.

Ao mesmo tempo, criaram, para a convivência de Estados que tinham nascido díspares, o mecanismo da homogeneidade, a representação do Senado Federal. Então, criaram o voto majoritário para representar as unidades e o voto individual. Uma pessoa, um voto: *"one man, one vote*", também não está mais politicamente correto. Hoje não dá para resumir, tem que se dizer: "um homem, uma mulher, um voto". Muito bem, estamos aditos à modernidade. Não aprendemos ainda, mas estamos construindo, estamos tentando.

E obedientemente, Deputada Luiza Erundina, Sra. Presidenta, contem com os homens nessa luta — acho eu. Vamos ter cota para nós, como o Ministro Jobim bem lembra.

Esta experiência americana foi extremamente valiosa. Mas acho que o nosso País fez uma cópia servil. É muito comum isso. Aproveitamos o lado bom da cópia e fizemos um presidencialismo igual, imperial também. Mas adotamos um modelo que não dá para fazer *"one man, one vote".* Tivemos que fazer "vários homens, várias mulheres, um voto" — vale mais aqui, vale menos acolá — e buscar o equilíbrio.

A história da nossa formação é diversa da americana. Pegamos a herança do Estado nacional português que foi passado ao Brasil numa transição que se construiu com sofrimento, mas sem rupturas.

Temos exemplos atuais: dizemos que o nosso País tem 500 anos e os americanos dizem que o deles tem 200 anos. Ambos estamos certos. Nossas instituições são anteriores à Independência. A Independência é a legalidade do País, mas o Brasil é anterior a 1822, anterior a 1808.

Querem um exemplo? O nosso Exército Nacional tem 360 anos e o Brasil tem duzentos e poucos anos. Uma das nossas instituições mais importantes é mais velha que o Brasil legal, que é mais moderno e mais recente que o País. Ao Brasil da Colônia faltava personalidade jurídica, mas já era o nosso País, pela transferência cultural que Portugal soube fazer, com as suas virtudes e os seus vícios.

A virtude de transferir a cultura de Coimbra, de transferir o Estado nacional paulatinamente, mas também o defeito de não trazer universidades. Nossa primeira universidade é de 1827; a primeira do Peru é de 1534, a Universidade de Lima; a do México é de 1540. Os portugueses não traziam universidades, isso é coisa perigosa! Mas herdamos um Estado nacional que passou quase como uma transição, sem rupturas.

A justaposição do modelo americano a esta história produziu um mecanismo fraturado: um presidencialismo imperial e o voto proporcional em lista aberta uninominal de 1932 para cá, e especialmente a nossa experiência mais recente de 1946 para cá. E o que tem ocorrido de 1946 para cá? Aí é memória de todos nós, não pessoal, mas memória coletiva nossa e até dos jovens que aqui estão. O que aconteceu? Eu faço um resumo cruel, Ministro Nelson, mas verdadeiro. Nestes 60 anos, de 1946 para cá, tivemos duas espécies de Presidentes da República: os que cooptaram maioria e os que foram depostos. Não há terceira hipótese, não há terceira.

Por depostos incluímos apeados por golpes, apeados por revoluções, mortos, demitidos e um caso de *impeachment*, mas todos numa categoria geral: deposição. A cooptação ocorreu de Dutra a Lula, para ficar na experiência histórica mais recente, e com ela a estabilidade. Algumas cooptações foram grosseiras, pela força, pela violência ou por outros métodos mais condenáveis, talvez, do que a força e a violência; algumas cooptações foram jeitosas como a do Juscelino na sua eleição; algumas foram quase na marra, como Fernando Henrique no primeiro Governo, mas

jeitosa como Fernando Henrique no segundo Governo; algumas com sofrimento, como Lula no seu primeiro Governo; e algumas jeitosas, como Lula no seu segundo Governo. Mas cooptações exitosas com mandato cumprido.

A ausência de cooptação é deposição. Esta é uma experiência triste de nosso País. É a coabitação do modelo imperial do presidencialismo com a representatividade construída só para representatividade, desprezando a governabilidade.

Então, vejam hoje o que ocorre no nosso País. O que vou fazer não é uma posição político-partidária, mas temos três partidos que disputam a eleição nacionalmente em todo o território nacional, que são o PT, o PMDB e o PSDB. Os outros partidos disputam em algumas regiões e em outras não, mas criou-se entre nós o mecanismo da coligação de legenda. Com isso três partidos concorrem em todo o território nacional, e no dia 1º de fevereiro assumem 22 partidos.

O produto disso é uma Casa pulverizada. Uma Casa pulverizada como esta nossa tende a praticar um vício que tem uma aparência muito charmosa, o vício do consenso.

Nelson Rodrigues foi muito feliz quando disse que a unanimidade é burra porque divulgou uma ideia muito forte, mas tenho a convicção de que a unanimidade não é burra, é esperta. É esperta. A unanimidade é para deixar como está. É para deixar como está. E uma Casa pulverizada como a nossa — falo dela porque é pensando nela principalmente que nós devemos cogitar uma reforma política — vicia-se no consenso. Quem comparece a uma reunião do Colégio de Líderes percebe como um Líder de oitenta e um Líder de oito, ou de menos, têm o mesmo peso se o objetivo é o consenso. É claro.

Quando tudo depende do consenso, passa-se a produzir o tipo de deliberação consensual que produz no final dos trabalhos uma alternativa muito limitada. Uma Casa assim pulverizada, uma Casa assim fragilizada pela busca do consenso acaba aprovando dois tipos de projeto, coisa relativamente recente: os do Governo e os desimportantes. Os do Governo porque o Governo tem força política para bancar os seus projetos mesmo com algum grau de conflito. E os desimportantes porque estes são consensuais.

Quando lhes disse que ia falar do passado, estou falando da experiência mundial e da experiência brasileira. A experiência brasileira produziu uma distorção na representatividade que passou a desprezar a governabilidade.

Eu sou a favor da existência não de 22 partidos, mas de 220 partidos, de 2.200 partidos, de 22 mil partidos! Mas a representação no Congresso Nacional tem de ter o crivo da quantidade de votos, para que a quantidade induza à formação de maiorias. Nós não podemos desprezar o fator quantitativo porque vivemos num sistema em que, se as maiorias não forem as que conduzem, nós só teremos uma maneira de decidir: a lei da selva.

Então, a governabilidade é o fator desprezado do binômio que os americanos construíram. Os cadernos federalistas de Hamilton, John Jay e Madison sustentaram ao longo da construção da constituição americana a necessidade de que a representação fosse completada pela governabilidade. Assim, o sistema norte-americano produz dois partidos, um governa e o outro se opõe. E vejam que no tempo esses partidos se aproximaram a tal ponto que as deformações do extremismo foram se reduzindo de forma a que hoje se diz com graça, mas com verdade, que o mais republicano de todos é o democrata no poder.

Vamos observar que no nosso País o processo democrático está amadurecendo e que as propostas viáveis para governar já se assemelham.

Eu sou rigorosamente a favor que partidos de extrema tenham toda a liberdade de se constituir, organizar e fazer o seu proselitismo, seja o de extrema direita ou de extrema esquerda. Mas eles são, numa estrada, como o acostamento: são indispensáveis, mas não é por ali que se transita.

Franklin Roosevelt dizia com muita graça que o radical é alguém que tem os dois pés plantados solidamente no ar. Nós não podemos prescindir do radicalismo. Não podemos prescindir do radicalismo! O que não podemos é entregar o comando ao radicalismo. Não podemos prescindir. E lá provavelmente esse caminho vai ficar deformado. Então, buscar a representatividade, mas com o requisito da governabilidade, é o que nos desafia.

Quando sou chamado a falar a plateias que nós aqui podemos definir como leigas, eu começo falando daquilo que é o modelo que eu defendo e no final peço licença para falar do principal. O principal é o modo de desempenhar o mandato,

não o de conquistá-lo. E aí eu aponto as distorções que decorrem de um modelo representativo que privilegia o indivíduo e lhe dá a condição de buscar os meios para construir o seu mandato.

Hoje, no nosso sistema, o candidato a Deputado escolhe o partido, em primeiro lugar; depois, ele escolhe livremente a região; depois, ele providencia os meios financeiros, pede o dinheiro — ele tem o comitê financeiro, tem os automóveis, tem a sede, tem quantas puder. E, depois de tudo isso, vem um tribunal que se reúne e faz uma resolução: *"O mandato é do partido."* Eu gostaria que isso fosse verdade desde o começo. O mandato começa por ser do partido na eleição. Qual é a experiência mundial hoje dominante? Ou se elege proporcionalmente ou se elege majoritariamente. Esses são os dois modelos que hoje dividem a democracia.

Então, nós temos de escolher entre esses modelos que aí estão, se não nos dedicarmos a construir um outro, buscando neles a viabilidade para conjugar representatividade com governabilidade.

Nas plateias que me convidam, e não têm a formação que esta aqui tem, eu começo por aí, ou seja, pelo sistema. Hoje, aqui, eu fiz o contrário: eu comecei pela crítica da realidade que aí está. Então, nós precisamos alterar essa realidade porque ela não corresponde mais às necessidades do País.

Eu fui Deputado até há poucos meses e meu gabinete era aqui perto — há uma ala para os ex-presidentes. E quando a matéria era desimportante, eu ficava trabalhando no gabinete e acompanhando a sessão pela televisão interna, ou a assessoria acompanhava e avisava: *"Deputado, votação"*. Então, eu saía caminhando para ir ao plenário apertar o botão, com a orientação do Líder, ou, quando era tema de algum grau de conflito, olhava o plenário, informava-me, apertava o botão e voltava. Daí eu me perguntei: Mas se eu vou lá apertar o botão, por que não existe um botão aqui, na minha mesa? Eu teria uma senha e o apertaria aqui. E me fiz a seguinte pergunta: mas se eu tiver o botão aqui na minha mesa, por que não tê-lo na minha casa, em Porto Alegre? Voto a matéria, tenho aqui o botão, aperto e resolve. Agora, se eu posso apertar na minha casa, por que só 513 Deputados? Por que não 50 milhões, 100 milhões, 130 milhões, que são todos os eleitores? E eu mesmo me respondi: se forem tantos milhões a votar, provavelmente um ou dois é que vão decidir por que caminho ir.

Na democracia de massas temos de ter esses cuidados. O fato é que a aldeia global em que vivemos questiona a democracia representativa. A crise do Parlamento é mundial. Há especificidades entre nós? Claro que sim. Hoje, acusação de distorções pessoais aos Parlamentares é um fenômeno global. Na França, nos Estados Unidos é a mesma coisa. Por quê? Porque a sociedade se organizou de tal modo que o processo de representação está sendo questionado.

Aqui, tive ocasião de responder muitas vezes sobre algo em que acredito. Alguns me dizem com grande frequência: *"Você está aqui para representar a sociedade civil organizada"*, ao que eu digo: *Desculpe, mas não. Essa não precisa. Quem precisa é a sociedade desorganizada do nosso País. Essa, sim.* Quem paga todos os impostos e não sabe o nome de nenhum: os muito pobres. Quem paga todos os preços nem sabe deles.

A sociedade civil organizada está aqui, presente. Eles produzem PECs, eles sabem o que é PEC, eles sabem que PEC não precisa de iniciativa reservada do Presidente da República. Há PEC regulando matéria de lei ordinária para cuidar de setores da corporação, porque sabem que PEC não é de iniciativa reservada. PEC não precisa de sanção presidencial e para PEC não há veto. Já existe emenda constitucional definindo matéria de competência regimental — imaginem, então, de competência de lei ordinária ou de lei complementar.

Está havendo apropriação corporativa do processo decisório. Então, viemos para cá todos nós e eu voto na corporação do Alceu, a pedido dele; ele vota na minha corporação, ao meu pedido; nós dois, na corporação do Jobim; nós três, na corporação da Erundina. Então, todo mundo estará representado aqui, desde que tenha uma célula, um princípio de organização corporativa. E o interesse geral, onde é que está? Como votar em política externa o interesse geral? Como votar em política de defesa nacional o interesse geral, se aí os interesses corporativos não estão presentes, quando não estão contrariados? Por que, por exemplo, imposto é palavrão? Se fosse algo ruim, teríamos de extinguir todos os impostos. Por quê? Porque, é claro, cada corporação se conduz pelo seu interesse, o que é normal. O anormal é que a representação do interesse geral esteja emasculada pela apropriação corporativa — pela apropriação corporativa crescente entre nós.

Então, temos de construir um modelo que busque a lógica da interpretação do interesse coletivo. É isso que precisamos construir. Proibir o financiamento privado não valerá nada, se o modelo induzir ao financiamento privado, como acabou de demonstrar o Ministro Jobim.

Se o modelo é indutor do financiamento privado, não há por que proibi-lo. Para isso, já há legislação penal. Temos que construir a lógica do financiamento público na intenção de estabelecer mecanismos capazes de representar o interesse geral, capazes de, representando o interesse geral, contrariar interesses corporativos e, ainda assim, ter maioria. Contrariar para ficar em minoria é ignorar uma lição importante de Talleyrand, segundo quem se pode fazer qualquer coisa com uma baioneta, menos sentar-se em cima dela. Qualquer coisa que propusermos que não seja majoritária é como sentar em cima da baioneta.

Portanto, temos de construir algo que represente o interesse geral, que possa conflitar com os interesses setoriais legítimos, não estou falando dos ilegítimos. Hoje, os Deputados são prisioneiros desse mecanismo — estou falando dos Parlamentares decentes, e tenho testemunhado por onde ando que eles são a imensa maioria desta Casa. A mim não me preocupa que um patife se eleja para cometer crimes, porque não há instituição que esteja livre disso. Não é isso que me preocupa. Preocupa-me que um Parlamentar decente fique obrigado a uma prática distorcida e deformadora e que seja confundido com bandido. *(Palmas.)* O bandido que faça suas bandidagens até que as instituições possam pegá-lo. O triste é um Barbosa Lima Sobrinho candidatar-se e ter de usar um método de bandido para pedir dinheiro, para agora pedir a ficha do doador. Sim, porque agora cada um terá de explicar os negócios do doador, porque será confundido com isso.

Eu não me candidatei — acho que todos sabem —, e a pergunta da imprensa tinha sempre a intenção de atingir a nossa instituição: *"O senhor se decepcionou?"* Não, com a vida pública não me decepcionei. Gosto da vida pública. Gostaria de ser Deputado. Eu não quero mais é ser candidato. Eu não quero mais esse modelo de candidatura. Se mudar, contem comigo. Deputado eu quero ser. Não queria era ser candidato e não consegui resolver isso. O regime militar resolveu o problema com o biônico. Não há mais biônico, mas estou hoje aqui bionicamente, muito contente.

A propósito, gostaria de ilustrar essa situação com uma historinha. Participei, semana passada, de um debate muito bom em Porto Alegre que contou com a presença de 13 partidos. Até sugeri que esse novo partido fosse também convidado, porque experiência histórica mostra que 13 na mesa não é bom. Propus que nos considerássemos 14. Na ocasião, a Senadora Ana Amélia, minha amiga e do Ministro Jobim, uma gaúcha ilustre que exercia importante atividade jornalística e se elegeu Senadora, queixava-se sobre a cobertura de imprensa, que dizia que cada Senador custa 30 milhões de reais por ano. Ela denunciava o critério utilizado: a despesa do Senado dividida por 81. Isso é tão injusto quanto pegar a do Judiciário e dividir por 11, número de Ministros do Supremo Tribunal Federal, e a da República por um Presidente. Imaginem o custo. Então, tive oportunidade de dizer a ela: *"Senadora Ana Amélia, bem-vinda ao clube. Nessa nossa atividade, a senhora vai ganhar menor, trabalhar mais e carregar má fama. Console-se porque a vida pública é isso: trabalha-se mais; ganha-se menos e carrega-se má fama".* Acrescentei que também tinha sido jornalista; trabalhava menos, ganhava mais e, sobretudo, tinha razão sempre, porque falava por último. E tinha razão sabem quando? Especialmente quando estava errado, porque me dedicava a argumentar com mais energia, com mais força e, falando por último, sempre tinha razão. Esta nossa atividade só se faz com uma grande vocação para trabalhar mais, ganhar menos e carregar má fama.

Falei do passado até aqui. Concluirei falando um pouco sobre o futuro. Quando me pedem o meu modelo, digo que não vou expô-lo, porque ele é perfeito e, sendo perfeito, não será aprovado. O projeto de lei perfeito é aquele que sai da Assessoria para o Arquivo. E projeto de lei perfeito a Assessoria de cada um dos senhores faz seis por dia. Agora, mandem o assessor, depois de produzi-lo, aprovar um. Aí entra o quadro político. Aquele que tira um pedaço do seu projeto para contornar um conflito, que acrescenta outra imperfeição para obter um ganho acolá e que conserva a ideia central, apesar de tudo isso, esse é o legislador da lei possível. O projeto de lei perfeito tem o grave inconveniente de não somar os votos necessários para sua aprovação.

No atual quadro do nosso País, o modelo da representação proporcional e voto aberto, com voto uninominal e lista aberta, é um modelo falido. Temos de

substituí-lo, fazendo maioria. Como fazer maioria se a experiência recente indica que mais ou menos um terço desta Casa defende o modelo atual? Talvez 150 Deputados defendem o modelo atual pela sua própria natureza, ou porque são partidos de vocação patrimonialista, ou porque são partidos de vocação individualista. Por essas razões, mais ou menos um terço é pelo modelo atual. O outro terço — eu erro, em parte, mas sei que não erro gravemente — é pelo voto proporcional por lista preordenada. E uma outra terça parte, talvez, pelo voto distrital. Agrupada a lista proporcional em torno do PT, que tem uma posição muito forte nesse particular; agrupado o voto distrital em torno do PSDB e do DEM, com periferias que fazem os três terços, mais ou menos.

Se estiverem separados, fica como está. Não há nenhuma dúvida..

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. IBSEN PINHEIRO - O PMDB? Metade de um lado, metade do outro, mas é capaz de irem todos para o mesmo lado, se se construir um consenso. O PMDB é uma espécie de síntese de um país plural com lideranças sempre em processo de construção. Isso é ruim e é bom. É ruim porque divide, mas é bom porque, quando se une, estabiliza. Então, o PMDB pode ter também nessa matéria um papel estabilizador.

Se construirmos um mecanismo que reuna a proporcionalidade em lista — agora já estou emitindo opiniões pessoais — com o distrito em parte da representação; se conseguirmos convencer os partidários da lista de que o caminho é conviver com o distrito em parte e convencermos os partidários do distrito puro de que só com a lista preordenada se caminha para adiante, podemos construir dois terços desta Casa.

E falo desta Casa porque a composição e o funcionamento da Câmara dos Deputados é o grande desafio. O Senado é de feição majoritária, pela sua própria concepção. Podemos mudar no Senado o acessório; no principal, não há como mexer. O Senador representa o Estado. Então, a votação terá de ser majoritária. Podemos discutir questões acessórias como a suplência, como a duração do mandato, como a coincidência dos mandatos, mas a questão central permanece: é um voto majoritário de um distrito, o Estado. Já a Câmara dos Deputados representa o povo distritalizadamente através dos Estados.

Por isso, eu me filio não a uma visão perfeita da realidade, mas a uma visão pragmática, olhando para o plenário das duas Casas. Se conseguirmos conjugar a vontade dos que defendem a lista preordenada com a vontade dos que defendem o voto distrital, poderemos fazer um sistema distrital misto. É impossível reproduzir o modelo alemão, entre outras razões, porque o tamanho da Alemanha é igual ao do nosso País do Paraná para baixo — menos até. Logo, a Alemanha pode ter uma lista nacional para que o eleitor escolha entre ela e o seu distrito. Não podemos ter uma lista nacional; temos de ter listas estaduais. E isso naturalmente fará com que São Paulo tenha 35 Deputados dos distritos e 35 da lista, fará com que Rondônia tenha 4 dos distritos e 4 da lista, para que mantenhamos o desequilíbrio que sustenta o equilíbrio federativo.

Muitos dizem, especialmente no Rio Grande, que precisávamos de uma representação numérica estrita e rigorosa, e eu os advirto assim: *"Vocês querem que a maioria absoluta da Câmara seja eleita por 3 Estados?"* Isso aconteceria fatalmente, se a relação fosse uma pessoa um voto. Assim, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas teriam mais de 257 Deputados. Seria isso democrático ou seria um risco de um caminho para a secessão?

Temos de ter também um grau de federalismo, como definiu o Ministro Jobim. Esta Casa não é só Câmara dos Deputados. Ela é também federal, no sentido de que tem de um grau de vinculação às unidades estaduais e não só ao povo — e precisamos manter isso.

Houve alguns exageros na Constituinte, quando passamos do mínimo de 4 para 8 Deputados e acabamos com os Territórios, transformando-os todos em Estados. Foi um exagero, mas o exagero oposto — a relação estrita e numérica — seria mais perigoso do que a deformação numérica hoje existente.

Então, atravessando isso, a o principal é construir um modelo que se baseie no fortalecimento dos partidos. Oponho-me frontalmente à proposta do Vice-Presidente da República e Presidente do meu partido, com quem tenho relação pessoal da melhor qualidade — ontem eu o visitei. Tenho sustentado que a proposta de S.Exa. consegue reunir o pior do dois modelos: o pior do majoritário e o pior do proporcional, um caminho quase inevitável para o candidato avulso. Hoje, no meu Estado, com 31 vagas, convém ao meu partido lançar 46 ou 47 candidatos, todos os

da vaga e mais a metade, porque quanto mais candidatos, maior a soma de votos no total. No distritão passa a ser o contrário. Teríamos 4 Deputados do PMDB do Rio Grande. Quantos vamos lançar no distritão? Cinco, seis? E o que fará o sétimo? Vai trocar de partido? Como vai fazer isso, se o outro partido fez a mesma coisa? Ele vai fazer o seu partido. A tendência é o Rio Grande ter 31 partidos para 31 vagas. Ou então, inevitavelmente, antes disso, virão as corporações: chega de intermediário; candidato avulso!

Para que partido? Partido é para ser geral e, dentro da generalidade, escolher os caminhos majoritários que levam ao poder, pela representatividade, e à governabilidade.

Se construirmos um mecanismo que preserve o voto proporcional, que tenha o condão de buscar o interesse genericamente definido e distritalizarmos uma parcela dos votos — metade, por primeira intuição —, poderemos, sim, dizer que o financiamento é público e dizer que o privado é crime. Aí, será da lógica do sistema, o financiamento público.

Tomemos a lista preordenada. Por que o primeiro lista vai pedir dinheiro para fazer campanha para todos, se ele é o primeiro da lista? E por que o quadragésimo da lista vai pedir dinheiro para fazer campanha para todos, sendo o quadragésimo da lista? Por último, por que o empresário vai dar dinheiro para quem está na lista? Eu tenho exemplificado: é como subornar goleiro reserva. Não é da lógica! Não é preciso proibir o goleiro reserva de receber propina. Deve-se cuidar do titular e deixar o reserva livre. Num modelo que quebre a lógica do financiamento privado, pode-se definir como crime, para coibir a distorção do bandido, que é minoritário, sim. Se construirmos isso, tenho a convicção de que a aprovação é rigorosamente possível.

Defendo uma reforma que se possa fazer por lei, não por emenda constitucional. Quem deseja reforma de emenda constitucional deve trabalhar em paralelo. *"Queremos coincidência de eleição."* Muito bem, companheiros, sirvam-se, façam emenda, trabalhem por ela, mas não a misturem; se misturar o sistema eleitoral com a coincidência do mandato, com duração do mandato presidencial, com reeleição, não muda nenhum dos dois! Agora, quem quer mandato de cinco

anos, sirva-se, proponha cinco anos. Coincidência de eleições pode ser coisa boa. Proponha-a também.

Agora, se misturar, provavelmente é ingênuo ou esperto. Ingênuo, porque acha que pode reformar o mundo sentando-se a uma mesa, com papel e caneta; esperto, porque não quer mudar nada. Deve haver maioria dos primeiros, mas há uma minoria muito ativa dos segundos, que nada querem mudar. Vamos fazer por lei ordinária, se possível, ou complementar, se necessário, porque assim se tem garantia de maioria absoluta na votação.

Por isso, colegas — permitam considerar-me um dos senhores —, proponho que trabalhemos para fazer a reforma não para 2012, porque não dá tempo. Aprovar uma lei que teria de passar pelas duas Casas, talvez voltar à Casa de origem e, depois, obter a sanção presidencial, provavelmente com um veto ou outro, para outubro, é impossível. Além disso, se aprovarmos para 2014, teremos 3 anos de aculturamento.

Tomo a liberdade também de deixar a advertência, se me permitem a palavra: aprovar para 2018 ou 2022, por lei ordinária, é correr o risco de uma revogação no caminho. Então, a primeira oportunidade viável é 2014. E, se construirmos isso, teremos três anos para a prática, para demonstrar que, se os contrários à lista dizem que o eleitor perderá a oportunidade de escolher pessoalmente seu Deputado, essa oportunidade ele já a não tem! São trinta e poucos os que aqui chegaram nesta Legislatura pelos seus próprios votos; os outros todos, através da lista. Eu jamais cheguei aqui com meus próprios votos, cheguei aqui por integrar uma lista. Lembro-me que, numa eleição em que o Mendes Ribeiro e Antônio Brito fizeram 600 mil votos, eu fiz 35 mil votos — fiz 35 mil votos, votação de Vereador hoje! — e me elegi pela lista.

Então, é ficção dizer que o eleitor escolhe. Não. Na lista, ele escolhe mais o seu candidato, porque e vê o primeiro candidato da lista, vê o segundo e faz uma conta aproximada do que aquele partido vai eleger. Ou, se rejeita um nome da lista, ele não vota. Consequentemente, ele tem mais interatividade com o candidato do que no atual modelo. O atual modelo está restringindo cada vez mais o espaço dos quadros políticos pelo privilegiamento das campanhas caras e dos astros — os astros de qualquer natureza. E essa deformação, embora a democracia possa com

ela conviver, não pode se transformar em regra! Não pode ser regra o quadro político ser aquele que tem maior dificuldade para eleger e quanto mais político ele é mais precise se explicar. Ao contrário, se ele for um astro ou um milionário, ele obtém o voto dessa forma. Há ainda aquele que aqui chega, como ocorreu na Legislatura passada, com um milhão e meio de votos, e traz consigo um companheiro de legenda com 600 votos. Em nome disso, vende-se a ideia de que o eleitor é que escolheu sabendo menos ainda em quem votou.

No distrito, vota-se na pessoa, enxergando atrás o partido, porque é um candidato por partido. Na lista, vota-se no partido, enxergando atrás o candidato. No distritão, só se enxerga a figura. No proporcional de lista aberta, não se enxerga ninguém, porque o que se enxerga é falso. Voto no Alceu Moreira e não sei quem elejo. Se ele faz pouco voto, eu não é eleito. Se faz muito voto, ele arrasta eu não sei quem.

Portanto, se conseguirmos três anos de prática, vamos fortalecer o sistema, porque o nosso País precisa de uma Câmara dos Deputados — no Senado o trabalho será mais fácil —, capacitada a dizer não. Governar é dizer não. Washington Luiz dizia que era construir estradas. Ainda faltam estradas, mas não se governa sem discriminar decisões. E, para isso, é preciso ter maioria. E maioria capaz de administrar remédios amargos, porque isso é a busca do bem comum, contrariando o bem particular, o bem corporativo. Estou falando dos legítimos, insisto nisso. Para os ilegítimos, lei penal. Os legítimos são o problema.

Portanto, estou convencido, companheiras e companheiros, de que, se tivermos a capacidade de construir uma homogeneidade da diversidade, vamos isolar os ingênuos e os espertos — com respeito aos ingênuos e cuidado com os espertos — e conjugar os que querem mudar para esses dois modelos. Se conseguirmos isso e fizermos uma proporção, intuitivamente, meio a meio ou algo que se venha a construir, temos grande possibilidade de aprovar.

Encerro agradecendo a oportunidade da convivência e confiante nesta Casa, responsável pelas grandes transformações da história do nosso País. Foi nela que se promoveu mais recentemente o sepultamento do regime militar, mas foi nela também, em outra cidade, na velha Casa da Cadeia no Rio de Janeiro, que se aboliu

a escravidão. Esta Casa é abominada não pelos 99 vícios que possa ter, mas pela virtude única de não ser a Casa de ninguém, porque é a Casa de todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Dando prosseguimento à audiência pública, quero dizer da minha alegria de estar na presidência dos trabalhos quando esta Comissão recebe República do Rio Grande do Sul, porque assistimos a duas aulas muito importantes, pela sinceridade e franqueza com que os expositores trataram de tema tão espinhoso, tão difícil, mas tão importante para o País.

Agradeço ao Ministro Nelson Jobim as suas brilhantes colocações, assim como ao Deputado Ibsen Pinheiro, hoje Presidente do PMDB do Rio Grande do Sul, as suas colocações claras e transparentes, inclusive apresentando uma proposta para todos nós.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Henrique Fontana, que também é do Rio Grande do Sul.

Antes, informou aos colegas que, depois do Relator, o primeiro inscrito é autor do requerimento, o Deputado Alceu Moreira; depois, estão inscritos os Deputados Vicente Arruda, Marcelo Castro, Luiza Erundina, José Guimarães, William Dib, Alfredo Sirkis, Ivan Valente, Jair Bolsonaro, Marcus Pestana e a Deputada Rosane Ferreira.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, cumprimento todos os colegas e, de forma muito especial, os dois convidados, duas grandes lideranças políticas do País, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Deputado Ibsen Pinheiro, ex-Presidente desta Casa.

Aproveito também a oportunidade para cumprimentar o Dr. Luiz Roberto Ponte, outra grande liderança política e empresarial do País, Deputado Federal durante um largo tempo e que muito contribuiu para a democracia brasileira. E, para a minha alegria, também meu conterrâneo. Aliás, tive um grande trabalho para conquistar o voto do meu sogro, porque o voto dele era do Deputado Luiz Roberto Ponte. Mas, com a influência da minha esposa, devagarinho eu consegui, nesse sistema individual de disputa, conquistar esse voto da família.

Quero dizer aos senhores, de forma muito rápida, porque queremos ouvir todos os colegas, que é muito bom participar de uma audiência pública como esta. Percebo, Deputada Rosane Ferreira, que, como V.Exa. me disse, ontem, no Salão Verde, começa a crescer na sociedade a ideia de que vamos fazer realmente uma reforma política; a ideia de que essa reforma política não será a ideal, aquela com que cada um de nós sonha, mas que sairemos deste debate com um sistema político melhor, que dê mais independência aos Parlamentares, que fortaleça — para usar a ótima expressão do Ministro Jobim, com a qual tenho enorme identidade — a democracia dos partidos, sem, por óbvio, asfixiar as qualidades individuais, que aparecerão inclusive com muito mais forças quando tivermos uma democracia dos partidos.

Como bem disse o Deputado Ibsen Pinheiro — e, de logo, peço à Taquigrafia toda a fala de S.Exa. —, o sistema que temos atualmente muitas vezes joga o líder político para uma situação de redução de sua atividade política. Por exemplo, se um Parlamentar se dedicar ao longo de quatro anos a estudar um tema de grande relevância para a Nação, a propor alternativas, a trabalhar para uma alteração legal que possa mexer com a vida do País estruturalmente, esse Parlamentar, como já aconteceu muitas vezes — não vou dar exemplos —, pode inclusive não se reeleger.

Outro dia, num debate, diante de questionamento sobre o fortalecimento dos partidos e onde havia um certo culto à política da individualidade, eu respondi que, no atual sistema político, um Parlamentar, tendo de optar entre participar de um debate num Estado que não é o seu sobre Sistema Tributário Nacional ou, no meu caso, sobre um novo sistema político para a democracia brasileira e de uma grande atividade de massa numa cidade em que é muito bem votado, muitas vezes, vai ter de abrir mão de participar do debate para estar presente nessa atividade, a chamada atividade de aparição pública. Não que ela não seja boa — ela faz parte da democracia —, mas não podemos continuar aprofundando num sistema que, na verdade, representa o culto dessa prática. Os Parlamentares andam cerca de 20 mil, 30 mil quilômetros por mês e sobram poucos dias para eles se debruçarem sobre a leitura de um tema importante, sobre a compreensão de algo que pode influenciar os rumos estratégicos do País.

Então, precisamos ter, sim, uma democracia dos partidos, e quero fazer um grande esforço nesse sentido. O desafio do Ministro Jobim faz-me ainda ser mais tenaz no esforço para que o parecer que vou produzir, a partir da oitiva que a Comissão está fazendo de personalidades da sociedade, de Parlamentares, de presidentes de partidos etc., seja, de fato, um ponto não de estabelecimento de uma unanimidade — unanimidade não existe; inclusive, é algo antidemocrático —, mas de um ponto de estabelecimento de maioria, onde cada um de nós sinta que abriu mão de algumas coisas por algo positivo para o País e que, ao mesmo tempo, sinta que conquistou algumas coisas. Podemos, sim, aprovar essa reforma política. E, por mais que muitos sejam céticos, eu estou otimista em relação a essa possibilidade.

Sinto que há uma compreensão, entre grandes líderes políticos do País, de que estamos, a cada eleição, nos desgastando. Muitas pessoas criticam a política e os políticos. Sou político com orgulho. Gosto de política e dedico-me à política. Gosto desse ofício, que, aliás, na minha opinião, é um dos mais nobres que existem na sociedade, porque é a dedicação ao bem comum. Quando a sociedade critica a política, temos de convidá-la a dar o outro passo: compreender por que a política enfrenta tantos problemas. Evidentemente, a política não enfrenta tais problemas só por uma questão de má escolha de indivíduos. E, aí, a sociedade não pode ser levada a uma visão ingênua de que, a cada eleição, ela troca os indivíduos e vai reinventar a política. Os indivíduos nascem no mesmo sistema, nas mesmas circunstâncias; e aí, percebe, dois, três anos depois, que as coisas não andaram como queria.

Por que eu sou um defensor ardoroso do financiamento público de campanha exclusivo? Porque ele tem a ver com autonomia, tem a ver com o esforço para evitar que os interesses empresariais, que os interesses representados pelos sindicatos possam direcionar projetos para o País.

Por que, por exemplo, não estou falando de 20 assuntos da reforma política? Porque a cada assunto sobre o qual se abre o debate há um grupo que se opõe. Então, temos de ter foco. E por que tenho colocado tanto foco nessa questão? Venho de um partido que pensa assim, tenho a convicção de que a lista fechada é o melhor sistema, mas estou aqui aberto para encontrar sistemas intermediários. As pessoas, às vezes, criticam a ideia da lista etc. Mas, hoje, temos uma situação do

ponto de vista legal. Não estou falando de nada ilegal. Hoje, infelizmente, temos o direito de que grandes financiadores de campanha organizem listas. Vamos falar a verdade, vamos dizer como é o sistema de hoje. Não estou fazendo um julgamento moral dessa prática. Mas eu pergunto ao povo brasileiro: é melhor ou pior que não haja mais essas listas? É melhor ou pior que todos os que estão em casa assistindo a esta reunião e que sonham entrar na política deixem de pensar: *"Olha, eu não posso entrar porque nunca vou conseguir dinheiro para financiar uma campanha".* É melhor ou pior que o jovem que quer ingressar na política perceba que existe, se não uma igualdade, uma proximidade com a possibilidade real de eleição.

Por curiosidade, eu pedi à Assessoria — não é nenhuma crítica, pois todos aqui estamos representando o povo brasileiro com legitimidade — para fazer uma conta. Pegar as 513 campanhas mais caras do Brasil para Deputado Federal — e minha foi uma delas, para não dizerem que estou sendo parcial; trata-se de uma reflexão — e verificar quantas delas tiveram sucesso. E, dos Deputados eleitos, 370 estão entre aqueles que tiveram as 513 campanhas mais caras.

Então, é evidente que há uma relação direta, hoje, entre o valor disponível para a campanha e o resultado eleitoral. E isso também retira uma parcela do pressuposto básico da democracia , a escolha das pessoas.

Encerro dizendo, para ouvir os companheiros todos, que estamos dispostos a ir a todas as bancadas — agora, estou combinando com o Deputado Alfredo Sirkis para ir ao PV — a fim de conversar e convergir sobre pontos que nos permitam alterar para melhor o sistema político brasileiro.

Quero cumprimentar, mais uma vez, os convidados pelas palavras consistentes aqui colocadas. infelizmente, não pude ouvir toda a exposição do Deputado Ibsen Pinheiro, mas ouvi o Ministro Jobim, e tenho a impressão de que ele colocou o dedo em diversas feridas que são do conhecimento de todos nós. Então, para curá-las, temos de reformar o sistema, para que o Parlamentar não fique preso a um sistema que reproduz uma lógica que termina enfraquecendo a democracia e enfraquecendo o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Muito bem. Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Alceu Moreira, quero comunicar a todos que o Ministro Jobim precisa sair em 15 minutos.

Então, vou passar a palavra ao Deputado Alceu Moreira e, logo em seguida, a S.Exa., para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Presidente William Dib, querido amigo Ministro Nelson Jobim, Deputado Ibsen Pinheiro, Sr. Relator Henrique Fontana, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, permitam-me fazer uma saudação a outra figura. Quando falarmos sobre reforma tributária, a meu juízo, está depositado no Arquivo desta Casa um dos três projetos de melhor qualidade acerca da redistribuição dos recursos nacionais, e o autor desse projeto é Luis Roberto Ponte, a quem saúdo e agradeço a presença. Esse, na verdade, é um presente que o Ceará deu ao Rio Grande do Sul. Nós agradecemos muito e a Igreja também.

Quero agora me referir, Sr. Presidente, a uma a questão importante para mim, para nós, do PMDB. Não posso compreender como um partido com a história do PMBD, com tudo que ele ajudou a construir ao longo da história contemporânea, e que seus membros sejam tratado como um bando de oportunistas, vigaristas, exercendo seus mandatos como se pontos comerciais fossem. Nesta Mesa, encontram-se Nelson Jobim, do PMDB, do meu partido, e Ibsen Pinheiro, do PMDB, do meu partido. Dois verdadeiros estadistas, longe dos pontos comerciais. A generalização é criminosa, burra e reducionista. Não reconhecer a história do meu partido e o papel que ele desempenha é pura e simplesmente fazer a generalização pelo que ele tem de pior. E não é justo. Logo, sinto-me homenageado hoje pela presença dos dois companheiros.

O terceiro ponto que quero tratar o seguinte: os senhores já imaginaram se as TVs e rádios, concessões públicas, tivessem realmente interesse em reproduzir o que há de mais importante para a sociedade brasileira? Talvez não dedicassem tanto tempo ao casamento de um príncipe e pudessem colocar no horário nobre uma audiência como esta. Se as concessões públicas não fossem negócios para enriquecer alguns, talvez não tivéssemos como prioridade estabelecer, em discussão nacional, o vilão e o mocinho de novelas e pudéssemos ouvir as palestras do Ibsen Pinheiro e Nelson Jobim a respeito de um sistema político que elege atores e atrizes que vão construir o modelo de solução de vida para as pessoas no Congresso. Porque é para isto que somos eleitos: para nos transformar em participantes, em atores de um grande laboratório de formulação de políticas

públicas, ferramentas de solução de vida para a população. O que produzimos aqui são ferramentas de solução de vida! O que podemos fazer — e faremos — é estabelecer isso por modelos distintos, usando ferramentas diferentes. Quando não posso cotejar com o Deputado Henrique Fontana qual projeto pedagógico a ser implantado para as crianças como política fundamental, quando meu partido não pode se diferenciar de outro, eu digo que o sistema nos homogeneiza e nos nivela por baixo. Isso porque tenho de fazer um discurso, de um lado da rua, para a empregada doméstica e, de outro, para a patroa. Eu tenho de agradar o da vez, porque preciso do voto.

No sistema de lista, no distrital misto, vamos conseguir o produto que sai da urna no comportamento desta Casa. Primeiro, no debate político nos Estados, tenho de manter a diferença de propostas; senão, não me elejo. E preciso dizer com clareza qual a minha diferença do Partido Verde, do PT, do PSDB, por que o meu projeto pedagógico é melhor, por que o meu projeto de segurança é melhor, porque meu projeto de urbanístico é melhor. Logo, os partidos se transformam em verdadeiros laboratórios de produção de teses, que se consagrarão ou não nas urnas, trazendo esses modelos para a execução pelos Governos, através de recursos públicos.

Estou convencido de que participo de um dos momentos históricos mais importantes do País. Quando alguns céticos dizem que não vai sair a reforma política, digo que ele é fruto da desesperança das frustrações. Outros porque, na verdade, são vigaristas de plantão, que querem mandato para ponto comercial e têm medo que o ponto feche. Então, para esses, é bom que não aconteça nada.

Quero deixar um agradecimento especialíssimo aos dois gaúchos que hoje aqui vieram. E certamente vou ficar muito feliz, pois visitarei na semana que vem Sergipe e a Paraíba, ao ver, como vi aqui, convidados da Deputada Luiza Erundina de grande qualidade.

Hoje, demos um passo a mais na construção de uma pátria independente e livre, com um Parlamento capaz de modelar a vida das pessoas preservando o que de mais caro elas têm, a dignidade. Talvez tenhamos condição de fazer isso, e vai ser uma parte da história muito bonita.

Com absoluta humildade, quero ter o direito de participar com o melhor do que disponho. Vou fazer isso em nome do meu Estado, das pessoas que votaram em mim, com a história do meu partido. E, de coração, agradeço a Ibsen Pinheiro e a Nelson Jobim. Eles são peemedebistas da cepa, e tenho orgulho de pertencer à parte dessa história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Quero cumprimentar o Deputado Alceu não só pela iniciativa do requerimento para a realização desta audiência pública, mas também pelas suas palavras.

Vou passar a palavra ao Ministro Nelson Jobim.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, como o Ministro ainda tem 15 minutos e sou o primeiro da lista de inscritos, gostaria que V.Exa. me permitir usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero concordar com o Deputado Alceu Moreira: hoje foi um dia especial. Com todos as conferências e debates que tivemos, hoje chegamos ao clímax. Nunca tivemos audiência pública com tanta qualidade, com tanta informação, com tanto espírito público como hoje. E isso evidentemente nos deixa felizes e entusiasmados, porque estamos defendendo uma boa causa para o País.

Então, meu dever é parabenizar os dois conferencistas, que, por feliz coincidência, são do meu partido e têm tão bons serviços prestados ao País.

Quero ainda dizer, Deputado Alceu Moreira, que temos agora o compromisso de trabalharmos uma fórmula para trazer de volta a esta Casa o Ministro Jobim e nosso Presidente Ibsen Pinheiro, que tanta falta estão nos fazendo!

Lamento, nesta audiência pública tão importante, a ausência do nosso Relator — espero que ele cumpra a palavra de ouvir a gravação — e do nosso Presidente, que não puderam ouvir essas palestras tão importantes.

Nós estamos, pela enésima vez, numa Comissão de Reforma Política nesta Casa. E por quê? Porque todos nós estamos insatisfeitos. Nós, os políticos, e nós, os eleitores. Os eleitores não estão satisfeitos com o sistema que nós temos; e nós

muito menos, pelo menos aqueles que eu acho que pensam, em primeiro lugar, no bem comum, no interesse geral.

Há necessidade de fazermos essa reforma, e acho que isto é consenso nesta Casa. A divergência naturalmente começa quando se pergunta qual reforma vamos fazer, porque, quando se coloca o interesse pessoal à frente do interesse comum, a discussão vira uma balbúrdia.

Eu já disse uma vez, e vou repetir: sistema bom para mim, se eu pensar só na minha eleição, é o atual. Já me candidatei por sete vezes pelo PMDB. Na primeira vez em que me candidatei, fui o segundo mais votado do partido. Em todas as outras vezes, consecutivamente, fui sempre o mais votado: quatro vezes o mais votado do Estado, e duas vezes como o mais votado na história do Estado. Então, sistema bom para mim é esse.

Pois bem. Por que estou aqui? Porque acho que esse sistema não serve à sociedade nem a mim, que poderíamos ter outros métodos para chegar aqui e exercer o mandato com mais independência e altivez, pensando mais no bem comum.

Agora, Ministro Jobim, V.Exa., enquanto estava falando, me fez lembrar de um professor que tínhamos — sou médico de profissão. Ele nos disse que certa vez fez uma conferência importante e exaustiva sobre as causas da perfuração intestinal. Quando terminou de dar a palestra, um aluno levantou o dedo e disse: *Professor, e a febre tifóide*? — uma das principais causas. Ele tinha esquecido da principal! *(Risos)*

Mal comparando, V.Exa. elencou os tipos de candidato — os das corporações, os da mídia, os das Regiões, os de opinião — mas, *data venia*, esqueceu do principal: o candidato do dinheiro! *(Risos).*

Não é bom trazemos exemplos assim, mas, quando exemplificamos, mesmo sem citar nomes, fica melhor a compreensão. Já que Goiânia foi citada por V.Exa., lembro que no Goiás, recentemente, um sujeito chegou a sair como candidato a Deputado Federal. E ele não morava no Brasil, não tinha programa de televisão, não era jogador de futebol, não tinha militância política, não tinha ideologia partidária, não era conhecido. Enfim, candidatou-se. O que esperar de um candidato desses? Que fosse fadado à derrota. Pois bem. Além de ter sido eleito, foi o mais votado no

Estado, à época. Acredito, e acho que todos acreditam, que isso ocorreu por um motivo: ele tinha muito dinheiro! *(Risos)*

Quando dou palestras no Piauí, digo logo: se tal candidato vier ao Piauí, vai ser o mais votado também. Se for ao Rio Grande do Sul, talvez não; mas, nos Estados menores, onde o poder econômico influencia, com certeza ele vai ser.

Nós vivemos num país capitalista, e, evidentemente, ninguém é ingênuo a ponto de achar que o poder econômico não influencia em todos os ramos da atividade humana. Até em concurso para *miss* ele tem influência.

Mas o poder econômico, na definição das candidaturas, sobretudo nas eleições proporcionais, é excessivo, exorbitante, massacrante. Não tenham a menor dúvida de que aquele que tem mais dinheiro será o primeiro, o mais votado. Se não o for, será o segundo. O que ele não vai é perder eleição. Nunca! Porque o sistema não permite isso.

Então, estamos participando de um sistema eleitoral com o qual estamos insatisfeitos. Todos nós sabemos, como se dizia antigamente, de cor e salteado, quais são os nossos defeitos: a luta fratricida, como V.Exa. falou, entre candidatos de um mesmo partido; as campanhas individualizadas que tornam as nossas eleições as mais caras do mundo; a dissociação que há entre o eleitor e o eleito — o sujeito não sabe em quem votou e como demandar essa prestação de contas; a dependência muito grande que existe entre o eleito e quem financia sua campanha; e o sistema, copiado de forma muito errada, distrital e proporcional. Quando o sistema é distrital, vota-se no candidato; quando o sistema é proporcional, vota-se no partido. Essa é a lógica. Vota-se no programa, na idéia. Mas o Brasil copiou errado. Quer dizer, o sistema, sim, é proporcional, é um sistema de idéias, é um sistema conceitual — mas não votamos em partido; votamos em candidato. A ideia é uma balbúrdia!

Já citei uma vez um fato que ocorreu quando uma vez fui candidato no Piauí. No nosso grupo, Ministro, havia um pastor protestante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Deputado Marcelo Castro, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Vou já concluir.

Pois bem, por que votaram nele? Porque ele era um religioso. Ele não foi eleito, mas os votos dele elegeram dois outros: eu e um outro companheiro. Poderia ser assim: que nós dois, ou um de nós, fôssemos ateu. Então, vejam: os votos de um religioso também elegem um ateu. Isso é o que o sistema permite hoje.

Se nós queremos realmente avançar e evoluir, nós temos que mudar esse sistema. Para qual? O sistema ideal é o de lista fechada, o de financiamento público de campanha. Todos nós somos partidários dele. Passa? Parece-me que não passa. E, se não passa, vamos procurar um sistema intermediário. E que sistema intermediário? O sistema alemão, que contempla de um lado e contempla de outro. O PMDB, Ibsen — não sei se V.Exa. está sabendo —, está defendendo um sistema misto, o Distritão, em que permaneceria a metade dos Deputados, ainda com a lógica atual, enquanto a outra metade seria por meio de lista fechada, numa tentativa de fazer uma relação de compromisso para se chegar a uma evolução.

Finalizando, Sr. Presidente, devo dizer que temos que fazer tudo para não manter este sistema, porque ele traz, na sua origem, uma embriogênese perversa; ele transforma os bons em ruins. Todos nós, seres humanos, temos uma série de qualidades. Para sobreviver como espécie, temos que ser altruístas, gregários, solidários, viver em sociedade; mas também tivemos de ser maus, perversos, brigar, matar, senão não sobreviveríamos. Todos nós temos essas qualidades. Entretanto, dependendo do tipo de profissão que a pessoa tenha, umas qualidades são mais importantes do que outras. Por exemplo, um traficante tem que cultivar e fazer aflorar as qualidades piores que existem no ser humano para poder sobreviver como traficante. Então, eu acho que o atual sistema aflora as qualidades piores do ser humano, para que este se mantenha dentro do sistema. Logo, esse é um sistema do qual temos que nos livrar; e, naturalmente, para nos livrarmos dele, temos que procurar um melhor.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Passo imediatamente a palavra ao Sr. Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, lamento, mas tenho daqui a pouco uma reunião com a Sra. Presidenta

da República, que me chamou para um almoço com o Sr. Presidente da Alemanha, a realizar-se agora às 12 horas e 30 minutos.

Só quero dizer o seguinte: é importante ter presente que o que V.Exas. estão discutindo aqui não é o tempo histórico da geração política de V.Exas.; o que se está discutindo aqui é o tempo histórico da geração política da Nação. Então, a tendência que temos de conduzir os debates, na perspectiva individual de nossa sobrevivência, não é o caso. Ficou claro para V.Exas. que essa sobrevivência depende de práticas que vão cada vez mais se afastando.

Quando o Ibsen disse que não gostava da atividade política e da Câmara, ele disse que não gostava de ser candidato, porque o sistema induz a isso. V.Exas. têm consciência disso. A questão está em exatamente lembrar que V.Exas. estão discutindo — e o Sr. Relator deixou isso muito claro — uma unanimidade sobre o que não é. V.Exas. precisam construir uma maioria que possa conduzir a um processo de transição. Não necessariamente chegar a um resultado final, mas, sim, iniciar um processo de transição que conduza, dentro de algum tempo, a uma solução que seja a mais adequada ao modelo de hoje.

Eu não afirmo, meu caro Deputado Marcelo, que o nosso sistema é ruim; é que ele não funciona mais. Ele funcionou. Ele funcionou na década de 1930, na década de 1940, teve suas qualidades. Mas depois começou a se distorcer. Então, chegou o momento de os senhores se anteciparem, e de compreenderem que, se os senhores continuarem com esse modelo, ou os senhores vão para a ilegalidade, ou estarão se suicidando. E suicídio, em política, não se conhece. E, se suicídio em política não se conhece, a opção é ou ir para a ilegalidade ou não se eleger.

Então, a construção disso é que precisa ser feita. Se o sistema será ajustado de uma forma, ou no todo, isso depende daquilo a que o Ibsen se referiu, que é a construção de uma maioria neste momento. E a maioria deste momento poderá se transmutar, no futuro, numa outra maioria. Ou seja, talvez nós precisássemos ter, neste momento, e eu li em algum lugar, aquilo que é uma fé poética, ou seja, a suspensão momentânea da incredulidade. Nós precisamos suspender a nossa postura de incrédulos, exatamente porque nós não estamos lidando conosco; nós estamos lidando com o futuro do País. E é o futuro do País que está em jogo, ou seja, a capacidade que nós tenhamos de acompanhar o que este País pode fazer no

mundo. E não se acompanhará este País, se a Câmara dos Deputados não tiver condições de assim fazê-lo.

Eu peço desculpas por ter que me retirar, mas estou à disposição dos senhores a qualquer momento, em qualquer tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vamos dar sequência à nossa atividade, senão ela se esvazia.

Deputado Ibsen Pinheiro, muito obrigado pela sua permanência.

Passo a palavra ao Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Pulou a lista, Presidente? Está bem. Eu agradeço, mas, na verdade, seria para mim uma satisfação se o Ministro pudesse ouvir a minha questão. Mas, pelo brilhantismo do Deputado Ibsen Pinheiro, que foi Presidente desta Casa e será sempre lembrado, sobretudo pelas novas gerações que aqui estão, como a minha —, eu peço vênia para fazer uma consideração e, ao mesmo tempo, uma pergunta, para nós avançarmos na tese que V.Exas. defenderam.

Parece-me que hoje esta Comissão vive um momento importante. Independente de concordarmos totalmente com as teses levantadas pelos dois, Sr. Relator, Deputado Fontana, esse foi um momento alto desta Comissão, pela qualidade das duas exposições. E é com base nisso que eu captei, Presidente Ibsen, a seguinte ideia, já levantada pelo Ministro e por V.Exa., e já chamada à ordem pelo Deputado Relator. Qual é a ideia? A de que a democracia é de partidos.

Mas eis que V.Exa. avançou com outra tese importante, do meu ponto de vista. O eleitor, o indivíduo, vota no Executivo. É importante isso. E o partido, com a lista — o voto proporcional é o da lista. Isso é muito importante para nós entendermos qual é o significado dessa reforma que nós queremos.

V.Exas. colocaram bem: não pode existir democracia forte sem partidos fortes e consolidados. Tudo bem. Daí vem a discussão de que os partidos estão deformados. Então, que os reformemos. Que façamos uma assepsia dentro do conjunto dos partidos — todos eles têm falhas porque também refletem a sociedade.

Mas eu quero chamar a atenção para essa tese que V.Exa. levantou, que para mim foi fundamental. E aí vem a seguinte indagação, que eu quero dirigir a

V.Exa. Considerando que eu entendo, que eu sou defensor da lista, do financiamento de lista... Para mim, Deputado Ibsen, o financiamento é a âncora, ou deveria ser a âncora, porque aí você não interdita.

O modelo atual foi à exaustão. E para um Ministro de Estado chegar aqui e dizer para nós que ou nós mudamos ou vamos para a ilegalidade, ou estamos fora da política, isso é de uma importância tamanha! Isso deveria ser manchete de todos os jornais amanhã. Vamos ver qual será a repercussão desta audiência na grande imprensa. Como está, ali, no Plenário 2, a questão com o Presidente do Banco Central do Brasil? Mas, então, eu acho que isto é de uma importância grande, que dever servir de reflexão para nós, mesmo para aqueles que defendem outras posições que não a de V.Exas.

E aí eu vou me permitir fazer uma pergunta, Deputado Ibsen. Não há maioria, ainda, consolidada, nem para um canto nem para outro. E nós não podemos correr o risco de concluirmos nosso trabalho e não fazermos nada. Também não pode piorar, porque, pelo sistema atual... Nós do PT, por exemplo, crescemos nele. Eu cheguei a esta Casa com o voto individual; não precisei do meu partido no meu Estado. Eu tirei mais de 200 mil votos pela legenda, que é 190. Mas não é por isso que eu estou defendendo a ideia. Para mim, é preciso haver mais programas, mais presença dos partidos; o coletivo tem que se sobrepor ao indivíduo.

E aí eu pergunto, Ibsen: na hipótese de nós não conseguirmos maioria para aprovar a ideia da lista, como V.Exa. vê a questão do financiamento? O financiamento poderia ser feito como alguma alternativa para podermos viabilizar... Porque as pessoas falam que existe isso e aquilo, os vícios em todo o sistema. No meu entendimento, nós não corrigiremos nada se não houver financiamento. Mas, e na hipótese de não termos a lista?

Há duas grandes teses aqui — existem três, mas sobretudo duas, porque a força de uma está diminuindo, ainda mais depois das falas de V.Exas. —, que são o Distritão e o voto em lista. Pergunto: podemos evoluir para alguma outra opção? Porque a minha preocupação, Presidente Ibsen, é que, ao final, nós não construamos, como V.Exas. construíram na Constituinte, uma maioria, evidentemente respeitando-se a pluralidade.

Então eu pergunto: que outra modalidade V.Exa. indicaria, na hipótese de não conseguirmos aprovar a lista? Como ficaria o financiamento?

Essa a minha indagação, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Pela ordem, está de novo o Alceu Moreira. Posso? *(Pausa.)*

Bom, então o próximo sou eu mesmo. Está aqui, está conferido.

Deputado Ibsen Pinheiro, eu quero fazer uma ponderação: um dos grandes dramas em virtude dos quais nós queremos a reforma política é o fator do poder econômico nesse processo, que está ultrapassado e esgotado.

A primeira pergunta é a seguinte: o poder econômico, num voto distrital, não ficaria muito mais evidente? Porque aí seria preciso menos dinheiro, já que a campanha é mais barata. Bom, se é mais barata, é mais fácil uma pequena diferença econômica se destacar.

Essa é a primeira pergunta.

A segunda: o senhor acredita que é possível se criar um distrito para vereador, um distrito para deputado estadual e um distrito para deputado federal, uninominal, ou seria um grande distrito com vários candidatos, mais de um por partido? Esse não seria o Distritão, mas um distrito ainda maior, que seria plurinominal.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - É, eu não queria citar nomes, mas o Sirkis também acha que esse é um caminho alternativo ao da lista.

O senhor acredita que é possível que isso seja implantado? Porque eu entendi que o senhor propôs o voto distrital uninominal. E eu não acredito que o Brasil consiga dividir seus Estados por esses tipos de distrito.

E, por fim, o seguinte: na nossa reunião de terça-feira, até voltando um pouco ao que disse o Deputado Marcelo Castro, encontramos alguns consensos, como, por exemplo, o fim das coligações partidárias. Um consenso que, se votado hoje, teríamos facilidade de votar, mas muita dificuldade no segundo semestre, porque as eleições de 2012 podem contaminar um pouco esse processo.

Um segundo consenso seria o que muitos abordaram aqui, isto é, a coincidência de mandatos. Pode ser um consenso. Não estou dizendo que é um

consenso. Mas, se votarmos a coincidência de mandatos e o fim da reeleição, num primeiro momento, ganhamos dois anos para concluir a reforma política, porque não haveria eleição em 2012. Quer dizer, nós não precisamos não fazer a reforma política para a próxima eleição. Nós temos de fazer. Não teríamos eleição em 2012. Os mandatos dos atuais prefeitos seriam prorrogados, assim como os dos...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - É, ninguém tem coragem de falar, mas alguém tem de falar. Se tem coincidência de mandatos... Como fazer eleição para mandato-tampão sem lei eleitoral que regulamente esse processo? Alguém tem que propor alguma coisa.

Então, se queremos coincidência de mandatos, alguém tem que inventar a regra. Com que regra vamos fazer? Mandato-tampão de 6 anos?! Bom, aí vamos fazer uma lei eleitoral para 2018. Há concordância, mas temos de decidir se podemos votar alguma coisa antes de caminharmos para isso.

Seriam essas as perguntas.

O próximo a falar é o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, antes, gostaria de rapidamente comentar a sua fala. Não se faz omelete sem antes quebrar ovos. Entendo a preocupação manifestada aqui por V.Exa. Se for para mexer na coincidência de mandatos, inevitavelmente terá que haver um esticamento ou um encurtamento. Então, que se escolha o melhor caminho.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, tenho grande identificação com isso que foi apresentado aqui na Mesa. Hoje, pela primeira vez, sinto-me feliz e realizado numa reunião desta Comissão. Tenho participado, confesso, de reuniões frustrantes. Acho também que a volta do Deputado Fontana ao nosso convívio, pelo papel extremamente positivo desempenhado por S.Exa., e o altíssimo nível desta reunião, de fato me reconfortam. Novamente, eu fico esperançoso de que afinal possamos... É o *Yes, we can!* Sim, nós podemos! *(Risos.)*

Então, eu me identifico com o voto proporcional por lista. Penso que é muito adversa a correlação de forças quanto à adoção desse voto em estado puro, não só pela razão óbvia de que aqui estão os eleitos pelo outro sistema, e serrar o galho sobre o qual estão sentados é difícil, como também — e esta razão me deixa mais

deprimido do que a anterior — o fato de existir imensa antipatia na opinião publicada com relação a isso.

Temos aí formadores de opinião poderosos. De uma forma geral, se formos fazer uma consulta às pessoas que não acompanham apaixonadamente o dia a dia da política, delas iremos ouvir uma série de observações; e a mais famosa seria esta: de que estaríamos tungando o eleitor do direito de escolher o seu candidato.

Então, por uma questão de correlação de forças e de realismo, eu tenho defendido a tese do distrital misto plurinominal. Por que não o sistema alemão, o uninominal? Porque, acho, numa eleição em que teremos de eleger simultaneamente Deputados Federais e Estaduais, com formatos diferentes de distrito, vai se criar uma confusão diabólica no momento de fazer a campanha e votar nas eleições.

Acho que a nossa reforma tem sempre que levar em consideração, a cada momento em que se fizer uma simulação...

O SR. IBSEN PINHEIRO - O voto plurinominal distrital seria dentro desse distrito majoritário ou proporcional?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Temos duas possibilidades: uma, a que não me agrada mais, a de considerar o Estado o distrito para eleição de 50% dos Deputados — o Distritão; a segunda hipótese, a que me agrada um pouco mais, seria a de, nos Estados com mais de 8 Deputados, fazer uma divisão em grandes distritos, como havia na Itália na era pré-Berlusconi. Só que o sistema italiano, todo ele, era de grandes distritos, e nesse caso o componente majoritário seriam os Estados divididos em grandes distritos, elegendo, sei lá, de 8 a 12 deputados num grande distrito. Aí as minorias teriam vez, não seriam massacradas como no sistema distrital uninominal, e haveria uma certa regionalização — não uma regionalização tão apurada quanto no sistema uninominal, mas haveria uma certa regionalização.

Em termos de financiamento, penso que deveria haver um financiamento exclusivamente público, no tocante à lista, enquanto que no componente majoritário deveria haver uma caixa especial dos partidos para recebererm doações tanto de empresas como de pessoas físicas, quanto de pessoas jurídicas de outra natureza, ONGs, sindicatos, etc., que iriam para o partido, que dividiria esses recursos de forma equânime entre os candidatos, que deveriam preencher, no mínimo, 40% das

vagas em disputa, ou 30%. Porque ali passa a vigorar uma lógica exatamente inversa. E os partidos tenderiam a querer apresentar menos candidatos para viabilizar sua eleição.

O diferencial de financiamento seria este: cada candidato poderia ter a sua própria verba de campanha, mas por doação exclusiva de pessoa física. Então, sistema de financiamento público no caso de lista; e, no caso das candidaturas majoritárias, poderia até haver um componente público, mas haveria também a pessoa jurídica e a pessoa física, com doações aos partidos; e, com relação a essas doações, haveria distribuição equânime. E a diferença seria que cada candidato poderia correr atrás de seu financiamento, só que poderia receber apenas enquanto pessoa física. Se fizer um trabalho bem feito pela Internet, futuramente ele poderá levantar um recurso considerável.

Então me parece que esse sistema junto com aquele que o Fontana tem desenvolvido, que é a ideia do voto proporcional misto, que seria, se entendi bem, metade por lista e metade pelo sistema atual e com inclusive com uma proposta muito engenhosa para o Senado... O Senador ou o primeiro suplente seriam cabeça de lista para a Câmara dos Deputados.

Se vai ocorrer de fato uma reforma política, será algo em torno dessas hipóteses que mencionei, porque me parece que o ideal, que seria de fato um sistema por lista pura, do tipo de Portugal e da Espanha, teria a viabilização dificultada basicamente pela enorme antipatia que a opinião publicada tem a respeito disso.

Por exemplo, a questão que foi abordada sobre coincidência de mandatos. Nesse aspecto específico, penso que isso teria de ser programado para um momento futuro, porque, se formos prorrogar o mandato dos atuais Prefeitos e dos atuais Vereadores, o mundo virá abaixo. Todas as vezes em que se insinuou sobre a possibilidade de se fazer uma coisa desse tipo, o mundo veio abaixo. E nós aqui podemos enfrentar a opinião publicada até certo ponto, mas não adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos.

Quero, primeiramente, registrar que estamos muito oscilantes aqui na Comissão. Há momentos de otimismo e de pessimismo. Já tivemos uma grande

audiência pública com o Ministro Lewandowski, mas reconheço que esta superou todas as expectativas.

O Deputado Ibsen e o Ministro Nelson Jobim nos deram uma aula de sabedoria e experiência, mostrando que um pouco de estrada e cabelos brancos não fazem mal a ninguém. Nós, das novas gerações, temos de ter muita humildade. Lembrei-me muito daquela passagem de Nelson Rodrigues, em que, quando lhe perguntaram qual o conselho que ele daria à juventude, ele disse: "Envelheçam".

Não concordo absolutamente com Nelson Rodrigues nesse caso, mas é uma metáfora interessante.

Parece-me que há uma hegemonia gaúcha absoluta. Mas, quando os gaúchos levantam alguma bandeira, é só misturar. Mas aí não tem ninguém da Paraíba. E, se Minas e Paraíba entrarem, fazemos uma revolução *à la* 1930!

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Fazemos com Minas e com um cadáver da Paraíba, e está resolvido! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo.

Mas quero levantar isso porque, às vezes, ficamos ansiosos para discutir. Mas o fato é que temos de aproveitar, nas audiências públicas, a presença dos convidados.

Eu quero colocar duas questões para a reflexão do nosso experiente ex-Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro. Primeiro, sou também, em abstrato, a favor da lista fechada. Tenho artigos publicados na década de 1990 que defendem isso. Mas até pelo que Sirkis falou, já estou traumatizado de perder referendo e plebiscito. Perdi o do parlamentarismo e perdi o do desarmamento. E vamos perder outro, porque vamos para o referendo e vamos levar uma surra de 6 a 1. Se for lista fechada com financiamento público...

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - É mesmo bom evitar esse negócio de plebiscito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Deputado, não tenha dúvida de que, se houver lista fechada, vamos para o referendo, não para o plebiscito. E aí perderemos mais uma vez.

Mas não quero perder mais uma. Por isso me coloco hoje na posição pelo distrital misto, porque acho que esse é o espaço de negociação, com variações.

O Sirkis tem abordado o assunto de forma heterodoxa e muito criativa, e acho que é possível. Esse é o processo parlamentar de discussão e de construção de consenso. Eu acho que é possível distrital misto, sim, pelo modelo clássico.

Quer dizer, há uma rejeição à lista fechada. Como V.Exa. vê essa questão? Não acho que é só opinião publicada; acho que é algo da cultura popular, do personalismo, embora, dois anos depois, 70% dos eleitores não lembram o nome do Deputado, não há vínculo nenhum.

Eu fiz uma reunião de militantes de nível universitário na minha cidade de Juiz de Fora, e perguntei quem sabia como eu havia votado nos casos do trem-bala, do salário mínimo, como havia votado na questão do Acordo de Itaipu, como havia votado sobre o Acordo de Jequitinhonha, norte de Minas, sobre incentivos automotivos. Ninguém sabia. Não há vínculo. Eu lembrava. Mas os eleitores qualificados, numa reunião de 40 pessoas militantes, de nível universitário...

(Intervenções paralelas ininteligíveis)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não há o menor vínculo; o sistema atual é absurdo.

Então, como o senhor vê esse tratamento da questão da cultura popular, que é presidencialista, personalista? Seria isso mal recebido, seria uma traição, seria isso encarado como uma traição à vontade popular, como se lhe sequestrassem o direito?

Então acho que o campo de negociação tem de ser outro. Qual. O dessa construção do consenso.

Também o distrital puro não passa aqui, tem muito pouco apoio. No PSDB, na verdade, a posição majoritária é pelo distrital misto. Mas há pessoas muito importantes que defendem o distrital puro. Eu já perguntei, porque olho para eles e não vejo nenhum perfil distrital neles. Eles são candidatos de opinião, e encontra-se muito em São Paulo essa posição.

A segunda questão é a do financiamento, que é gravíssima, que já foi muito bem tratada aqui. Mas queria ver se V.Exa. concorda. V.Exa. já falou, mas eu queria entender melhor.

Eu acho que o financiamento público só é possível com a lista, além do fato de que tem uma rejeição da opinião pública. Se for testada em pesquisas, ela vai dizer que não vê com simpatia a questão.

Mas eu fiz uma rápida conta. Vamos partir de 20 partidos. Em 27 Unidades da Federação, teríamos 540 listas, uma para federal e outra para estadual. Então, teríamos 1.080 listas no distrital misto; teríamos de financiar 1.080 listas. Mais uns 2.100 candidatos distritais nos diversos Estados, mais uns 200 Governadores, mais 8 candidatos a Presidente... Vejam: gastamos 1 bilhão e meio de recursos públicos na última eleição, 500 milhões com despesas operacionais da Justiça e mais 1 bilhão em renúncia fiscal (da televisão); o resto foi captação privada. E bilhão e meio distribuído para essa turma toda é muito pouco dinheiro.

Eu acho dentro do que o Deputado José Guimarães estava levantando é que podemos dar um salto mínimo, porque o humilhante e o incorreto é o vínculo direto do candidato com o financiador. Deveria ser, pelo menos, por captação coletiva pelo partido. Nos Estados Unidos, a indústria armamentista financia os republicanos, e a indústria farmacêutica financia os democratas. Isso é discutido abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Um mata e outro cura.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É, dá uma certa sinergia dialética.

Então seriam essas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vou passar a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Sr. Presidente, perdi o início desta audiência, mas já fui penalizada, porque não ouvi o Ministro Nelson Jobim. Vou fazê-lo à noite, através da *TV Câmara*. Estávamos em audiência pública com a Ministra do Planejamento, discutindo a Emenda nº 29.

Mas queria rapidamente relatar o seguinte. Em março ou abril de 2007, houve o encontro da UNALE em Porto Alegre. Eu, Deputada Estadual no meu primeiro cargo eletivo, recentemente empossada, tive o prazer de ouvi-lo, Deputado — eternamente nosso Deputado. Lembro perfeitamente o início de suas palavras: o atual sistema só tem no Brasil. E V.Exa. citava mais um outro país. E, se não é jabuticaba e se só tem no Brasil, é porque não é bom. E V.Exa. falava de três questões fundamentais, que eram o financiamento público, o voto em lista e o fim

das reeleições. O senhor também dizia que essas discussões, na Casa, eram acaloradas, que era difícil de construir o consenso, mas que o senhor estava otimista. Pois eu me apaixonei por esta causa em razão de suas palavras.

Hoje, reforço ainda mais a minha paixão por esta causa. Várias pessoas votaram em mim e me trouxeram para cá por n razões. Pois estou aqui e minha causa é a reforma política. Embora a minha eleição para Deputada Estadual, meu primeiro cargo eletivo, tenha custado 30 mil reais, e fui eleita com 18 mil votos; embora minha eleição para esta Casa tenha custado cerca de 200 mil reais, não mais que isso — e falo dos gastos oficiais; mas mesmo os oficiosos não passam disso — elegi-me com 47 mil votos. Quer dizer, parece que esse sistema me carrega até onde quero chegar.

Mas não estou aqui pela minha trajetória, mas para reaproximar a política do cotidiano das vida das pessoas, para que as pessoas entendam que aqui se discute a vida delas, de cada uma delas, e da importância de fazermos política com paixão e com amor pelo bem comum.

Então, Ibsen, gostaria muito de ouvi-lo um pouco mais sobre coincidência de mandatos. Gostaria de aprofundar sobre isso, porque isso para mim era muito claro.

Nesses dias, ouvi um outro cientista político questionar sobre se as eleições nacionais não tirariam da discussão as eleições municipais, se os problemas municipais não seriam deixados de lado e se isso não afastaria ainda mais a política do cotidiano das pessoas.

Então quero lhe ouvir a esse respeito.

Muito obrigada pela pessoa que V.Exa. é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, nosso Relator, Henrique Fontana, nosso convidado, Deputado Ibsen Pinheiro, meus vizinhos do Rio Grande do Sul. Sou paranaense, Relator, e estamos muito próximos. É um prazer ouvi-lo nesta quinta-feira na Comissão da Reforma Política. Aliás, estaremos, Relator, em Curitiba no dia 27, e desde já convido o Deputado Ibsen Pinheiro para que, se possível, esteja na capital de todos os paranaenses. Também teremos audiência em Porto Alegre, na segunda-feira que vem. Farei o possível para estar lá com a Comissão, e

já convido o senhor para ir a Curitiba no dia 27. Será um prazer levá-lo até a nossa audiência, no Estado do Paraná.

Quero falar sobre dois assuntos.

Inicialmente, Deputado Ibsen, a lista teve muita força aqui entre os Deputados. Falou-se em distrital puro e distrital misto. Veio a discussão do Distritão, e, agora, Relator, vejo o crescimento do proporcional misto, que seria uma solução entre o sistema do Distritão e o da lista. Vejo que isso está tomando corpo, e gostaria de saber a sua opinião a respeito desse sistema, porque ele cresce muito.

Sou do PPS, e o PPS defende o distrital misto, mas também vê com bons olhos o sistema que o Relator levantou como sugestão, inclusive na nossa reunião do partido.

Aliás, essa ideia de se colocar o Senador como o primeiro da lista eu vejo com um pouco de cautela, Relator, porque temos um sistema bicameral. O fato de as pessoas saberem que o numero 1 de uma lista é candidato ao Senado praticamente pode influenciar toda a lista, pode comprometer o que estamos colocando.

O que percebo aqui, Deputado Ibsen, é uma unanimidade sobre o sistema de financiamento público de campanha. Se existir algo nesta Casa que é de interesse comum, isto se chama financiamento público de campanha. E eu respeito profundamente, tendo em vista tudo o que já foi colocado perante esta Comissão e a sociedade brasileira sobre o atual sistema.

Mas Deputado Ibsen, tenho sido um dos poucos a dizer que, por enquanto, sou contra o financiamento público de campanha pela razão que eu já disse ao Relator, porque não se sabe ainda de onde virão os recursos para o financiamento público de campanha. Virão do Orçamento — mas do orçamento do quê?

A população brasileira, completamente descrente da classe, como o senhor colocou, questiona-nos. Eu sempre digo que não posso voltar ao Paraná e dizer aos paranaenses que participei da reforma política, que consegui implantar o sistema de financiamento público de campanha pelo que a população vai pagar.

Com todas as características aqui já expostas, hoje o atual sistema é completamente viciado. Mas será que o financiamento público de campanha garante que não haja caixa dois e que não haja influência do poder financeiro? Será que

somente com o financiamento público de campanha os maus políticos, conforme foi dito pelo senhor, não vão usar também financiamentos privados para compra de votos? Isso realmente impede? Será que realmente impede?

Esse é o meu questionamento hoje na Comissão sobre financiamento público de campanha, que é um tema importantíssimo. E que ele só se faz em havendo lista. Ora, como colocar um sistema de financiamento público de campanha que não seja com lista? É possível isso?

Aqui, independente de sistema, quase todos aprovam que haja financiamento público de campanha. Não digo todos porque não quero generalizar, mas quase todos aprovam que, seja qual for o sistema, haja financiamento público de campanha.

Isso é possível? A meu ver, não. Seria apenas em lista.

Digo com muita tranquilidade, Deputado Ibsen, que, pela lista, eu não estaria aqui. Sou um azarão. Sou um jovem na política, e decerto não viria pela lista, certamente não estaria aqui pela lista. E também não estou aqui pelo poder econômico, até porque, ao lado da Deputada Rosane Ferreira, tive uma das campanhas mais baratas no Brasil. No Estado do Paraná, com certeza, a minha foi a menor ou a segunda menor campanha.

Pergunto a opinião de V.Exa. Gostei muito de ouvi-lo pela sinceridade e clareza de suas palavras. Na política, temos que ser claros com a população. Já disse isso ao Relator.

Então, vamos buscar a resposta. De onde virá o financiamento público? E vamos logo contar à população. Não podemos deixá-la sem a resposta.

Cumprimento V.Exa., e gostaria de ouvi-lo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Com a palavra o Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço desculpas por não ter conseguido chegar a tempo de ouvir os dois palestrantes. Pelo que os demais disseram, foi um prejuízo para mim, mas estava cumprindo uma tarefa, por orientação de Liderança. Mas pude observar alguns comentários, começando pelos do nosso Relator, companheiro Henrique Fontana.

Realmente, quero afirmar algumas coisas que são do meu convencimento pessoal, embora estejamos tratando disso no ambiente da bancada, do partido e com todas as outras pessoas.

V.Exa. tocou primeiro na questão da coincidência dos mandatos, assunto que ainda está, digamos assim, evoluindo na compreensão de muitas pessoas. Justifico esse entendimento porque sou autor de um projeto nessa direção, lá no Senado, observando a seguinte razão: a pessoa, no ano em que se elege, está cuidando do que considera ajuste de governo. Mesmo em processo de reeleição. A pessoa que se reelege, no primeiro ano do segundo mandato procura fazer um ajuste, ou seja, baixar a temperatura daquilo que estava fazendo no mandato anterior, porque se submeteu, nos 4 anos anteriores, a elevar essa temperatura. No ano seguinte, no segundo ano de mandato, vai enfrentar uma situação intermediária.

Considero que a pessoa vai governar, de fato, no terceiro ano de mandato, porque, no quarto ano, vai ser influenciada por um novo processo eleitoral. Então, com um ano de ajuste e dois processos eleitorais, resta apenas um ano para, de fato, imprimir a sua marca. Entendo que a coincidência do mandato deveria estar junto da obrigatoriedade da convivência da aliança na qual a pessoa se elegeu.

Eduardo Suplicy e outros me criticaram muito dizendo*: "Você está inibindo a pauta municipal frente à pauta nacional".* Eu digo: *"Mas isso é um ajuste de modelos de campanha, porque, se vamos registrar na Justiça Eleitoral um plano de governo para a Presidência da República, o Governo do Estado e a Prefeitura, somos obrigados a fazer um registro conjunto e a fazer defesas conjuntas do exercício dessa perspectiva"*.

Então, no mandato de 5 cinco anos, a pessoa ficaria com o primeiro e o quinto ano para ajustes. O segundo, o terceiro e o quarto anos seriam para o exercício, de fato, daquilo que imagina ser sua linha de governo. Mantendo a obrigatoriedade de a coligação conviver junto. A fidelidade não é só para o Parlamentar. A fidelidade estende-se à convivência da aliança que foi estabelecida.

Cito uma frase do Ministro Nelson Jobim*: "O que estamos discutindo aqui vai muito além de nós"*. Não podemos mexer numa regra pensando apenas em como vamos estar nela a partir da data tal. Se esse for o pressuposto, contamina-se a

possibilidade de oferecer ao País avanços um pouco maiores, uma estrutura diferenciada.

Vou combinar isso com reforma tributária. Quando discutimos reforma tributária, o que queremos com ela no ambiente interno do País e no ambiente externo? No ambiente externo, quero vender um produto e não imposto. O cabra lá de fora não está a fim de comprar o imposto do paletó. Quer comprar o paletó sem o imposto. Não está comprando o imposto do País. Então, a medida da reforma tributária é um ajuste para que o País cresça em relação ao mercado externo, mas também dentro de si. O País não pode ter regiões do tipo A, do tipo B, do tipo C. A reforma vem na busca do equilíbrio da regra, para que todos ganhem, mas não juntando e nivelando todo o mundo por baixo. Diferentes devem ser tratados de forma diferente.

Na reforma política, o que precisamos encontrar entre nós, no meu entendimento, é o equilíbrio da democracia, para oferecer ao País ambientes cada vez mais sólidos para o seu desenvolvimento. É a isso que nos apegamos até aqui.

Pegando fala de outras pessoas, digo que, se é verdade que a tal democracia que embasamos aqui nasceu com o sistema capitalista... Quem criou este modelo foi o sistema capitalista. E criou dizendo que o único elo entre a sociedade e o Estado é o partido político. Os teóricos, Hobbes e outros, vão nessa direção.

Se é assim, não cabe o partido único em sociedade nenhuma, embora outras linhas ideológicas defendam isso. Não cabendo partido único, o partido não sendo único, é parte do pensamento da sociedade. Sendo parte do pensamento da sociedade, não é dono da verdade. Com base nesses princípios, que vêm de Hobbes para cá, imagino que não poderíamos nos prender em analisar apenas como vão ser as eleições de 2012 ou as eleições de 2014, porque, se formos olhar o direito adquirido, não poderíamos nem reduzir, nem ampliar mandatos dos Prefeitos e Vereadores de 2012, como também não poderíamos mexer no mandato dos Senadores desta legislatura, previsto para até 31 de janeiro de 2019.

Então, se é isso, fico preocupado com a marca que nos traz até aqui. O modelo atual está encarecendo os processos, forma listas cada vez mais... Quando é que um vendedor de picolé poderá ser candidato a um espaço além de uma câmara de um pequeno Município, com direitos iguais ao maior poder aquisitivo

brasileiro, ao dono do maior conjunto de empresas brasileiras? Como isso vai acontecer? Não tem como. Como pensar na justeza de olhar para as pessoas muito além de suas condições financeiras?

Essa é a razão do apelo que fazemos. Quanto ao financiamento público de campanha, discordo do que disse o Ministro Lewandowski em reunião que realizamos aqui. Ele disse que o custo eleitoral brasileiro declarado, não se discutiu o não declarado, vai ultrapassar os 6 bilhões de reais, o que onera o Tesouro Nacional. Alguns Deputados, pensando em saúde e em educação, dizem que isso não pode ocorrer. E o rio de dinheiro que as empresas podem canalizar sem prestação de contas do Imposto de Renda? Então, há perda de ambos os lados.

O financiamento público de campanha inevitavelmente nos traz à luz da razão que temos de pensar que, para os efeitos de uma democracia plena no Brasil, temos de dar oportunidade para um vendedor de picolé candidatar-se à Presidência da República. Que uma mulher negra doméstica... Não estou discutindo se fez faculdade. Porque, Presidente, inteligência não se mistura com escolaridade. Conheci pessoas que não têm condições de assinar o nome, mas cuja inteligência não se discute. Querem um exemplo? Luiz Inácio Lula da Silva, que não passou por faculdade e eu entendo como exemplo da inteligência materializada.

Não podemos olhar para um vendedor de picolé imediatamente dizendo que é um idiota, um incompetente, inapropriado para o exercício de uma função administrativa. Aí, estaríamos sendo, de cara, preconceituosos de forma brutal.

Desculpem-me a forma como estou falando, mas o passo número um que o Congresso Nacional tem de dar é nivelar as possibilidades de ricos e pobres. Aí entra o financiamento de campanha. Em razão disso, como se formam os métodos para que respeitemos a estrutura partidária? Aí é onde se discute se é lista, se é lista semiaberta, se é o sistema misto. É secundarizado. Tem de permitir que o financiamento público de campanha funcione. Daí as razões dos papéis das Casas, o papel do mandato do Senador, o papel do Senado, o papel da unidade federativa brasileira e outros temas não colocados aqui. Sei que é muito complicado.

Às vezes, fico preocupado com o tempo. Esta Comissão tem 180 dias para apresentar um trabalho. A Comissão do Senado tinha 45 dias, prazo já encerrado. O Senado concluiu com temas que não trabalhamos até aqui, e nem sei se vamos

avançar sobre eles. Hoje, fiquei numa dúvida. Vamos em algum momento trazer os temas do Senado para cá? Ou não vamos trazê-los? Aí, o Senado manda de maneira fatiada para cá tudo o que está votando lá. Assim, vamos nos deparar com a matéria fatiada. Ou as Presidências da Câmara e do Senado vão fechar questão e dizer: as Comissões avançaram nesses pontos, fechem em bloco único e vamos votar em pacote único.

Encerro dizendo a V.Exas. que, se for para mexer em coincidência de mandato, é muito melhor dar longevidade de mais 2 anos para Prefeitos e Vereadores. Isso é muito mais rico, porque não vamos mexer em nenhuma regra eleitoral e facilitamos o entendimento futuro de que os eleitos a partir daquele ano vão conviver numa nova regra. É o avanço que espero a partir de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Passo a palavra ao nosso convidado Deputado Ibsen Pinheiro, para que responda, aglutinando, se quiser, algumas perguntas.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Desde a primeira pergunta, do Deputado José Guimarães, a questão do financiamento perpassou mais ou menos todas as perguntas, o que é normal. Essa questão é crucial. Vou dar uma resposta singela que acho que serve para todos.

O financiamento público, na minha avaliação, só funcionaria com plena garantia e eficácia na lista preordenada. Qualquer outro mecanismo tem de ter apoios mais sofisticados e de eficácia reduzida. Acho que na lista preordenada conjugaríamos a vedação legal do financiamento privado com a lógica do sistema. Por isso funcionaria. Tenho convicção de que o tipo de financiamento da lista preordenada custaria menos ao Tesouro sendo público do que custa agora, sendo privado. Tenho essa convicção, que não posso demostrar em números, mas nesta Casa não preciso demonstrar, porque todos sabemos que é assim mesmo.

Então, respondo com clareza. O Deputado William Dib me pergunta se no distrito não haveria possibilidade de preponderância do poder econômico. Vejo que no distrital haveria um papel do poder econômico, mas sua eficácia sem dúvida ficaria reduzida. Se o Deputado Fontana disputar num distrito de Porto Alegre — ele que foi Vereador lá —, alguém que não tiver as suas condições poderá despejar

dinheiro no distrito e ele continuará altamente competitivo, porque o dinheiro tem menos eficácia num distrito reduzido contra uma liderança reconhecida. Ao passo que, no proporcional uninominal de hoje, se a disputa ocorrer entre um homem como o Deputado Fontana, respeitado em todo o Estado, e um endinheirado, o Deputado Fontana sairá numa desvantagem imensa num distrito do tamanho de todo o Estado.

Por isso, minha resposta é que, se tivéssemos um sistema misto com lista preordenada com financiamento público exclusivo, poderíamos cogitar a hipótese de que no distrital houvesse o aporte de recursos privados, com duas limitações importantes: à pessoa física e ao partido. Isso reduziria a eficácia, não a incidência. Seria um avanço importante. Apenas sugiro que deixemos concessões de qualquer natureza para o momento final, para agregar mais votos e mais posições.

Como criar o distrito tem uma dificuldade operacional que não podemos abordar neste momento. Mas acho que, se tivermos o socorro do IBGE, o socorro da Justiça Eleitoral e uma construção que não exclua os quadros políticos do processo de gestação dos distritos, poderemos enfrentar, quem sabe, esse problema.

Quanto ao distrital proporcional, cheguei a interromper uma das perguntas para me esclarecer, acho que do Sirkis. O distrital proporcional, dividindo São Paulo, por exemplo, em dez distritos, cada um com sete Deputados, reduziria os vícios do atual sistema, porque localizaria. Seriam só sete Deputados.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Mas aí seria majoritário.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Aí poderia ser majoritário ou proporcional. A proposta do Mendes Thame é que o Estado seja dividido em distritos e lá dentro a eleição seja proporcional. Essa é a proposta do Mendes Thame. Por isso, eu te interrompi para saber. Neste caso, o poder econômico teria uma força maior do que no distrital uninominal. Mas acho que essa construção tem de ser levada um pouco mais adiante para ver se se constrói uma maioria desta solução mista da lista com o distrito, para depois aprofundar a discussão.

A questão que coloca o Deputado Marcus Pestana é rigorosamente verdadeira. O sentimento é de rejeição porque, mais uma vez, uma aliança de espertos com ingênuos passou a noção de que o atual sistema é aquele em que eleitor tem um protagonismo, que não é verdadeiro.

E é lógico isso. Agora, não conheço coisa mais lógica do que a afirmação de que o mundo é plano. Tem coisa mais lógica do que isso? Basta olhar. Teve gente que foi para a fogueira por contestar essa lógica. Mas o fato de ser lógico não quer dizer que seja verdadeiro. Por isso, acho que essa batalha terá de ser enfrentada.

Nessa colocação do Marcus Pestana, não sei se ele apoia ou considera inevitável perder mais um plebiscito ou referendo. Sou contrário à realização de plebiscito nessa área porque acho que o plebiscito, perigosamente, simplifica para sim ou não uma questão que é de alta complexidade. E transfere ao organizador do plebiscito uma soberania sobre os dois pontos que se vão levar para os outros escolherem. Acho que plebiscito é bom quando a questão é singela. Por exemplo: pode vender arma ou não? Essa é uma questão boa para plebiscito. Fui Vereador na minha cidade e propus um plebiscito sobre o cercamento dos parques de certo tamanho. Aí se conflita a liberdade ou a preservação, típico assunto de plebiscito que a comunidade local deve enfrentar. No presente caso, devemos nos opor a um plebiscito e a um referendo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o Senado aprovou.

O SR. IBSEN PINHEIRO - Pois é. Mas eu proponho que o Senado seja a Casa revisora. A Casa de origem tem de ser a Câmara, porque o que se vai discutir é como se constituirá a Câmara dos Deputados. E sobre isso os Deputados têm de ter a precedência e a palavra final.

O Deputado Ponte vai me escutar de novo. Tenho uma resistência com plebiscito que decorre de uma experiência adquirida. Ouvi falar de um plebiscito em que propuseram a seguinte questão: qual é o tipo de sexo preferido, oral ou anal? Vi que a atenção aumentou aí. A atenção e a tensão!

Fizeram o plebiscito e ganhou, disparado, o sexo oral. Foram fazer uma pesquisa para saber por quê. Ora, ganhou disparado porque oral é de hora em hora e anal é de ano em ano. *(Risos.)* Vejam o perigo do plebiscito. As razões pelas quais as pessoas decidem, singelamente, uma questão complexa. Então, vamos evitar que as pessoas façam esse tipo de escolha. Sugiro que nos oponhamos. Isso é assunto da representação. É o poder representativo da sociedade que deve definir. Agora, se for para plebiscito, tenho uma proposta: Imposto de Renda, paga-se ou

não? Porque aí vamos ganhar um. Disparado. Proponho o plebiscito Imposto de Renda: sim ou não?

Outra questão, colocada pela Deputada Rosane, sobre coincidência de mandatos, que outros aprovaram. Acho que pode ser boa a coincidência de mandatos, como acho que a incoincidência é um mal pela natureza das campanhas de hoje, que duram 4 anos. Se houver uma lista preordenada, você faz uma campanha em 45 ou 60 dias. O custo da campanha cai dramaticamente numa lista preordenada, porque a distinção entre os partidos surge inevitavelmente. Você não precisa pregar que os partidos sejam diferentes. Agora lhes convém serem iguais. No sistema de lista, lhes convirá ser diferentes. Então, tenho certeza de que com a lista o custo cai e a identidade cresce.

Reconheço, no entanto, que talvez não haja nesta Casa uma massa crítica capaz de construir maioria em torno da lista. Mas se se conjugar isso com a tese dos que querem um voto majoritário distrital, com as variações que aqui estão surgindo, acho que se pode encaminhar. O que eu temo — e quero deixar isto como a minha preocupação — é o pior sistema, aquele que coloque o dinheiro público e abra todas as portas para o privado. Por isso, essa unanimidade que você aponta a favor do financiamento público é de pessoas — aí as espertas, não as ingênuas. *"Não, vem o público e eu continuo com o meu privadinho."* Há muita gente que quer isso, Sibá. *"Eu quero o público, por que não?"*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Na Itália, isso aconteceu.

O SR. IBSEN PINHEIRO - É. Já aconteceu na Itália. É isso mesmo. E esse exemplo tinha que vir dos gringos originais, não é, Fontana?

O Alfredo Sirkis tem razão. Estamos propondo serrar o galho onde as pessoas estão sentadas. Mas aí eu tenho, Sirkis, duas esperanças. Primeiro, o grau de consciência pública de boa parte dos que estão sentados na ponta do galho e o estão serrando. Há uma boa parcela que percebe isso. E os que não percebem isso já percebem que o atual sistema é perigoso para eles também, porque está num grau de esgotamento que eu temo. Não digo isso em manifestações públicas. Essa aqui é pública, mas é para uma plateia especializada. O atual modelo conduz ao impasse institucional inevitavelmente. Espero que não seja no médio prazo, que

tenhamos tempo de encontrar uma solução, porque ele conduz inevitavelmente a um impasse institucional. Conduz inevitavelmente.

Vejo essas perguntas como inquietantes, pelas coisas que me inquietam. Estou respondendo para vocês e estou respondendo para mim também. Se pudesse ditar uma regra, a minha regra é: financiamento público exclusivo, lista preordenada e, nos partidos, o voto de todos os filiados e o voto plúrimo, para que ninguém possa comprar, não porque seja honesto, mas porque é inviável comprar todos. Se eu pudesse. Mas o que adianta eu ter uma ideia perfeita? Então, eu escrevo *Utopia 2*, copio as ideias de Thomas Morus e construo a sociedade perfeita para mim. Mas isso já existe, está nos livros, está na literatura. A sociedade com a qual tratamos e da qual cogitamos é aquela real, feita da massa de que todos nós nos fazemos: de sofrimento e de esperança.

Por isso, quando vejo essas perguntas, vejo que refletem todas as minhas incertezas, todas as minhas dúvidas. E eu, Rosane, continuo otimista. Acho que isso não é um traço pessoal, panglossiano, de quem bota óculos rosados e enxerga o mundo rosado. Não é, não. Acho que, se você não quer ser otimista, não faça vida pública. Não faça vida pública. É da natureza da pessoa pública acreditar! Ainda que a causa seja errada, tenha uma causa. Ainda que não seja a boa, tenha uma causa.

É tão moderno hoje o rebelde, que o tipo mais difundido de rebelde é o rebelde a favor. Já viram isso? Uma rebeldia de uma linguagem extremamente afirmativa a favor do poder, uma linguagem extremamente rascante a favor do poder econômico, a favor daquilo que é oficial e estabelecido. Rebeldes a favor, muito obrigado. Façam suas vidas de *pop star*. Aqui é o lugar da rebeldia construída com paciência, construída com convivência. Então, conservo o meu otimismo porque sou um animal político. Ou não me lembro de que o autor da frase, o Aristóteles, não votava na Ágora porque era de Estagira, não era ateniense. Então, um sistema que negava o voto a Aristóteles e também a Heródoto, porque era de Halicarnasso, tem defeitos que nós, 2 mil anos depois, não enxergamos naquela perfeição.

O modelo perfeito tem o grave inconveniente de não existir. Vamos fazer a imperfeição do avanço. É aquilo que disse o Jobim, que todos disseram de um modo geral, a imperfeição do avanço. O financiamento público onde ele for possível. Admitir o misto e fazer as limitações: à pessoa física, ao partido. Criminalizar a

exceção a isso. Vamos isolar quem tem na atividade subalterna o seu meio de fazer política. Eles — sabemos disso — são minoria. Em alguns casos, tenho dito que todos nós aqui fomos condenados a levantar dinheiro para fazer campanha e há um número pequeno dos que fazem o contrário: fazem campanha para levantar dinheiro.

Se fizermos as alterações que estamos tentando, tenho certeza de que vamos condenar essa espécie, que é crescente, à extinção. Essa espécie, que é crescente, vamos condená-la à extinção. E todos nós ficaremos liberados dessa obrigação de pedir dinheiro para fazer campanha, sem precisar fazer campanha para pedir dinheiro.

Então, meus amigos, acho que respondi às perguntas. Eu as anotei aqui, mas, à medida que as anotava, via que elas eram minhas também.

Obrigado, pessoal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Antes de encerrar, vou passar a palavra ao Relator, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só queria aproveitar que estamos empolgados nesta reunião e insistir com os colegas sobre a necessidade de fazer reunião com um grupo menor dentro da bancada. Acho que a reunião fica mais produtiva quando se pegam os membros que estão participando da Comissão e mais alguns que queiram conversar para fazer essas aproximações.

Quero agradecer muito ao Deputado Ibsen por todas as contribuições que deu. Não vou tomar o tempo de V.Exas., mas quero convencer o meu amigo Ibsen de que há uma só coisa que vamos conversar bastante nos próximos dias: acho que há outro sistema para além da lista fechada que permite o financiamento público exclusivo. É bastante importante, mas não é conversa para hoje, porque não há tempo. Só deixo a manchete: no sistema atual, 60% dos eleitores não votaram em nós que estamos aqui. É a chamada lista obscura. O cidadão vota num e está elegendo outro. Então, vamos melhorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Finalizando, quero agradecer a presença ao Deputado Ibsen Pinheiro, ex-Presidente da Câmara — a Casa continua sendo sua —, e ao Ministro Nelson Jobim.

Nada mais havendo a tratar, convoco a próxima reunião para o dia 10 de maio, terça-feira, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Lembro que, na próxima segunda-feira, 9 de maio, haverá debate na Assembleia Legislativa no Estado do Rio Grande do Sul.

Está encerrada a presente sessão.